

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 91ª
(NONAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando o *quorum* para início dos trabalhos, e conforme o disposto no art. 109, § 4º do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por trinta minutos.

(Suspensa às 14h59min, a sessão é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Mais uma vez, dou as boas-vindas ao pessoal do SLU, pessoal sacrificado pelas injustiças cometidas por esse governo. Daqui a pouco, todos os Deputados farão seu pronunciamento. Com certeza, vocês têm o nosso apoio irrestrito, porque sabemos o que vocês estão passando. Está na hora de corrigirmos essa injustiça contra todos esses trabalhadores e trabalhadoras, pais e mães de família.

Muito obrigado e sejam bem-vindos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	2		

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 89ª Sessão Ordinária;
- Ata da 90ª Sessão Ordinária;
- Ata da 25ª Sessão Extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores do SLU, nesta tarde me dirijo a esta tribuna para prestar a minha solidariedade à Janaúba, à comunidade daquela cidade que tem sofrido pela grande tragédia. Deputado Wasny de Roure, aquela cidade sofreu uma atrocidade provocada por um ser doente que trouxe tanto sofrimento às famílias, às crianças, ao povo que ali estava e acreditava que, deixando os seus filhos em uma creche, estariam em um lugar seguro. Realmente as creches sempre são lugares até mais seguros do que muitos lares. Infelizmente aquele cidadão, com distúrbios de personalidade, é um cidadão doente, como pode acontecer a qualquer ser humano. Nós temos hoje no estado brasileiro oportunidade de tratar o corpo, mas tratar as doenças da mente, tratar as doenças da alma, com hospitais psiquiátricos, hospitais onde possam ter vários doutores em pedagogia para tratar o ser humano, nós temos muito poucos. E a psicopatia, os desvios de conduta muitas vezes são doenças que não são percebidas, mas que podem ser fatais, como foi o caso de Janaúba.

Eu, nesses últimos dias, tenho feito muita reflexão e tenho sofrido muito porque tenho me colocado no lugar dos diretores, dos professores daquela escola, e dos pais e avós daquelas crianças. Venho numa luta já há muitos anos para que nós possamos ter o cumprimento da Constituição brasileira para que se ofereça às nossas crianças a oportunidade de ingressar na creche na sua mais tenra idade. Nós sabemos que foi uma tragédia, sabemos que foi algo isolado, mas não estamos livres que aconteça em qualquer lugar onde exista o ser humano.

Eu fico imaginando como deve ter sido o sofrimento daquela professora que, como mostram as reportagens, entrava e saía em chamadas para salvar a vida daqueles

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

pequenos, daquelas almas inocentes que ali estavam. Eu não consigo imaginar o sofrimento daquelas crianças no decorrer daquele momento; crianças indefesas, com o seu corpo em chamas. Não dá nem para termos noção.

No meu caso, que sou avó, mãe, e que passei a minha vida toda cuidando de crianças, tenho que agradecer muito a Deus, porque, nos meus mais de trinta anos ao lado de crianças, tive as bênçãos de Deus, Deputado Bispo Renato Andrade, pois nunca tive nenhum problema sério com as mais de mil crianças que estão sob a guarda da instituição que fundei. Nunca tivemos uma ocorrência grave, a não ser alguns arranhões, algumas quedas normais que acontecem até dentro de casa. Nunca tivemos nenhum momento de sobressalto com nenhuma das crianças.

Sempre imaginei que uma creche fosse o melhor espaço depois do lar. Sempre acreditei e acredito que a creche tem que ser o espaço igual, ou até melhor, que os lares de muitas crianças neste País. Mas, de repente, quando temos uma tragédia, um momento como esse, passamos a fazer uma reflexão e também a sentir que temos de ter mais compromisso com o ser humano.

Não quero aqui atirar nenhuma pedra naquele cidadão, porque sabemos que só alguém muito doente e desprovido do amor de Deus é capaz de, num momento de total loucura, cometer tal ato, como foi o caso da creche Gente Inocente, de Janaúba.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Luzia de Paula, parabênize-a pelo assunto que traz à Casa. Acho bem oportuno. Creio que é um assunto que sensibilizou todo o povo de nosso País.

Eu, por um acaso, conheço a cidade, não por longo tempo, mas por alguns momentos. É uma cidade bastante conhecida no norte de Minas. Todos nós deploramos o cenário a que o País assistiu.

E ficamos a perguntar, crianças de quatro anos, sem saber por que, quais os motivos, quais as razões. Uma atitude absolutamente inexplicável. Isso demonstra que, ao mesmo tempo que a educação infantil se tornou uma realidade em nosso País, de maneira bastante positiva, nosso País também está pouco preparado para poder dar segurança, garantias para nossas crianças.

Então, acho que o discurso de V.Exa. também deve ser focado na defesa da criança, que está absolutamente exposta, com muita vulnerabilidade do sistema. Isso demonstra que as nossas autoridades têm de estar mais vigilantes. Como disse V.Exa., não é um assunto para ocupar esse ou aquele, mas é um assunto sobre o qual o País todo tem que refletir: a respeito da vulnerabilidade das nossas crianças diante de pessoas absolutamente doentes, ou descontroladas, ao exercer influência que possa vir a prejudicá-las. Isso demonstra o quanto o nosso sistema ainda é vulnerável a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

peessoas não qualificadas no trato com a criança. É sofrido, é doloroso, mas deve ser revelado.

V.Exa. que tem uma larga experiência com creches, principalmente no P Norte, várias gerações passaram pelas suas mãos, entende muito mais a relevância dos profissionais que irão lidar com as nossas crianças. Parabéns, Deputada Luzia de Paula!

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Obrigada, Deputado Wasny de Roure. Agradeço a V.Exa. pela participação, pelo aparte ao meu pronunciamento.

A preocupação não só com os profissionais, mas também com o trato das crianças, com as estruturas. Infelizmente, nós ainda temos a criança como algo pequeno, e sabemos a grandeza de cada uma delas. Sempre temos que primar que criança não é futuro, criança é presente. O espaço para abrigar uma criança tem que ser o melhor e dentro da melhor legislação, porque é dali que teremos a real proteção das nossas crianças.

Infelizmente, nós temos muita gente querendo cuidar de crianças, mas querendo fazer apenas algo para se tornar um modelo, muitas vezes, não tão positivo para quem observa.

Criança é vida, criança é ternura, criança é inocência. Tudo que a ela é ofertado, a criança aceita como se fosse a melhor coisa com a qual estivesse lidando, desde que isso seja ofertado com um sorriso, com uma aparente ternura de outro ser que vem até ela.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, Deputada Luzia de Paula. Parabéns pelo pronunciamento. Realmente, é algo que mexe com todos os brasileiros.

Lembro, Deputado, que, amanhã, na nossa sessão solene em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, a professora será homenageada, já que era devota dela. Nós faremos uma pequena homenagem a ela, já fizemos contato com aquela cidade. Eu acho que é uma justa homenagem.

Mais uma vez, muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, no Comunicado de Líderes, pela liderança do Partido da República. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela liderança do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, falará o Deputado Delmasso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho abordado constantemente aqui da tribuna um tema que é relacionado à violência praticada no Distrito Federal atualmente. E o *Correio Braziliense* traz uma manchete no dia de hoje, Deputado Wellington Luiz, que relata fielmente o que está acontecendo na principal cidade do Distrito Federal. Diz o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

Correio, numa reportagem do Ricardo Faria: "A cidade mais populosa do Distrito Federal sofre com a ameaça constante de crimes contra a vida e contra o patrimônio. Moradores relatam rotina de insegurança nas ruas, principalmente em áreas mais carentes". A reportagem coloca em letras maiúsculas, letras garrafais: "Sob o domínio do medo". É realmente assim que está vivendo a cidade de Ceilândia: sob o domínio do medo. E por que não dizer todo o Distrito Federal?

Foram dois dias de investigação desse jornalista visitando as delegacias, indo aos dois batalhões da Polícia Militar na Ceilândia e, também, às ruas. Para mim, que sou de Ceilândia, isso não é novidade porque tenho denunciado aqui constantemente. Mas é importante que o *Correio Braziliense* tenha feito essa matéria porque cai por terra essa falácia do Governo do Distrito Federal de que a violência está diminuindo. Se não está pior, Deputado Wellington Luiz, é graças aos abnegados policiais, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil do Distrito Federal, que, mesmo sendo maltratados, no limite que estão sendo maltratados, ainda continuam desenvolvendo as suas funções. A verdade é essa.

Portanto, essa matéria do *Correio Braziliense* que mostra sob o domínio do medo em que está a cidade da Ceilândia – o que não é diferente de Taguatinga, do Gama, de Planaltina, do Recanto das Emas e de nenhuma cidade – serve, Deputado Prof. Reginaldo Veras – V.Exa. é de Taguatinga, mas oriundo da nossa cidade, Ceilândia – para deixar nua e crua a realidade da segurança pública no Distrito Federal. Serve para mostrar que, em termos de segurança pública, o Governador Rollemberg é um fracasso. Fracassou redondamente. Não soube lidar com a questão da segurança do Distrito Federal. E repito, se não está pior, é graças ainda à dedicação dos policiais civis e policiais militares. Como a gente diz no interior do Maranhão, estão fazendo das tripas coração para poderem continuar desenvolvendo a função deles de combater a criminalidade.

Talvez a criminalidade, os bandidos, sabendo da incompetência do Governo do Distrito Federal, se animaram a atacar o homem de bem, o cidadão, a dona de casa, da maneira como eles têm atacado. Portanto, é preciso que seja feita alguma coisa aqui na Capital da República.

E, quando eu vi – denunciei aqui mais de uma vez – que o modelo de segurança que estava sendo pensado pelo governo do PSB era o mesmo que o PSB pensou para Pernambuco, eu falei na época que a gente estava desgraçado aqui porque o modelo de Pernambuco tinha fracassado. E aqui em Brasília fracassou também.

Portanto, essa matéria do *Correio Braziliense* traz exatamente a prova do quanto esse governo é incompetente na área da segurança pública. A mesma incompetência na área da saúde e na área da educação, sem falar do destrato com os servidores públicos que todas as semanas, quase todos os dias, os vemos aqui. Vemos essa galeria lotada de servidores depositando alguma esperança na Câmara Legislativa, como, por exemplo, os servidores do SLU que estão aqui hoje.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10	10	2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				6	

Mas é um governo teimoso, incompetente, teimoso, que não quer realmente atender os anseios da população do Distrito Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, acho que o pronunciamento de V.Exa. é irretocável. V.Exa. traduz o sentimento de todos os brasilienses. É lamentável que o governador ainda continue mentindo para o povo de Brasília, dizendo que nós estamos em uma cidade segura. Ele está maquiando os números. V.Exa. foi extremamente feliz. Não é assim, não é através de sensação de segurança que se garante a segurança de um povo. Pelo contrário, você expõe mais a população. O *Correio Brasileiro* coloca “Sob o domínio do medo”, e eu acho que não há frase mais adequada. E V.Exa. resume o que passam os moradores da Ceilândia, mas que também passam todos os moradores de Brasília. É lamentável que o governo insista numa política fracassada sem querer investir naquilo que é o mais valioso para o ser humano: a sua vida.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, pelo seu pronunciamento. Espero que o governador possa ouvi-lo e fazer uma reflexão antes que seja tarde demais.

Obrigado, Deputado, e parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores. Quero aqui citar também os servidores do SLU – Serviço de Limpeza Urbana e dizer que vocês têm o meu apoio na derrubada no veto que foi oposto a uma proposta de emenda apresentada pelo Deputado Wasny de Roure. Venho hoje a esta tribuna – Deputado Bispo Renato Andrade, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cláudio Abrantes, demais Deputados que estão aqui – fazer uma reflexão dos últimos acontecimentos do nosso País, principalmente daqueles que possam estar interferindo diretamente na formação moral da nossa sociedade.

Nós tivemos recentemente uma exposição, em um museu de extrema relevância no nosso País, na qual uma artista estava fazendo uma *performance*. Ali, Deputado Wasny de Roure, me falaram que estavam mãe e filho. Eu não sei se isso é verdade, mas havia uma criança que devia ter de oito a dez anos de idade e uma jovem senhora que, na *performance*, estava pegando no pé, no calcanhar e nas mãos. Nessa *performance*, o homem estava nu; e, no final dessa *performance*, Deputado Prof. Reginaldo Veras, esse mesmo senhor entra com quatro crianças de mãos dadas. No final dessa apresentação, da mesma forma, ele estava nu.

Na minha visão, obviamente, muitas pessoas podem questionar e dizer que isso é o nu artístico, mas eu acredito que as coisas têm limite. Eu acredito, Deputado Wellington Luiz, que as coisas têm limite. Levar uma criança a uma exposição para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

que esta possa tocar em um homem nu e demonstrar que isso é uma normalidade – perdoe-me quem defende essa normalidade, mas, então, eu sou anormal –, eu sinceramente, não acredito que isso seja normal.

Nós temos visto também diversas pinturas refletindo e incentivando o sexo entre adultos e crianças. Nós temos visto no nosso País que isso está, em algumas discussões, sendo banalizado, e a minha pergunta é: que tipo de formação nós queremos dar para a nossa criança? Muitas vezes, alguns pais querem delegar isso para a escola. Eu digo o seguinte: a família educa, a escola ensina. Quem tem o dever de educar uma criança não é a escola, e, sim, a família. Mas nós estamos vivendo numa sociedade cuja família tem sido destruída todos os dias, ou seja, as nossas crianças estão ficando sem educação. Por quê?

Existe hoje, Deputada Telma Rufino, uma inversão de valores. A sociedade quer delegar à escola uma função que não é dela. A função da escola é ensinar. A função da família educar. Mas como uma família educa se ela está desestruturada? Se ela está destruída? Como uma família pode educar se ela não tem apoio do Estado para exercer o seu principal papel? Como uma família, Deputado Cláudio Abrantes, pode educar se falta comida na mesa de um pai de família, se muitas vezes esse pai de família não tem o que comer, não tem o que vestir, não tem o que dar para o seu filho? Como nós podemos cobrar da família brasileira que ela se estruture se infelizmente o Estado fecha os olhos para essa família?

Quando eu falo que nós defendemos a família, não estou aqui falando de conceito de família, eu estou dizendo que o Estado precisa, sim, assumir a responsabilidade de estruturar a principal célula de formação da sociedade, que é a família, dando dignidade para um pai, dando condições para a mãe que precisa ir trabalhar. Quantas mães não conseguem uma vaga de emprego, Deputado Wellington Luiz, porque não têm com quem deixar seus filhos? Infelizmente, hoje, diversas mães entram, Deputada Luzia de Paula, numa sinuca de bico: escolher entre ficar com seus filhos ou colocar a comida dentro de casa. Muitas dessas escolhem ficar com seus filhos. Fazem a escolha correta.

Quero levar uma reflexão a todos aqui. Não estou falando de ideologia a, b ou c. Eu quero levar uma reflexão a nós que somos responsáveis em aprovar políticas públicas: o que o Estado brasileiro tem feito pela família brasileira? Desculpem-me, não tem feito nada. As políticas públicas que nós temos são extremamente individualistas. Não são coletivas, não olham a família – Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. é um exímio advogado –, não olham a família como um conjunto geral. Olham o indivíduo. E, quando se valoriza o indivíduo, divide-se a família.

Nós temos na Espanha – que agora está numa discussão sobre a divisão da Catalunha – do lado Catalão, a criação, Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Ministério da Família, por quê? A comunidade europeia entende que, se você não investe na família, você vai criar uma juventude infelizmente obsoleta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

E é o que nós temos visto. Dados apresentados pela promotoria de defesa da criança e do adolescente revelam que mais de 80% dos jovens que cometem crime – desculpem-me, cometem crime, não, eu não posso dizer crime porque a legislação não permite, mas mais de 80% dos jovens que estão em conflito com a lei – vieram de famílias desestruturadas. Não estou dizendo que não se deve reduzir a maioria penal, mas não adianta o Estado também só empurrar essa responsabilidade para os jovens sem dar estrutura para aquilo que forma o cidadão, que é a família.

Então, eu peço a cada Deputado e a cada Deputada aqui que, quando nós venhamos a fazer uma discussão de fomento, nós possamos colocar a família como cerne das políticas públicas. Não adianta, Deputado Wellington Luiz – perdoe-me, eu vou defender isso até o fim da minha vida –, o Estado gastar milhões e milhões na saúde, na educação, se ele não gasta um real para fortalecer a família. Porque, enquanto ele não gasta um centavo para fortalecer a família, ele infelizmente vai gastar mais dinheiro com a saúde e muito dinheiro com a segurança. Quando eu falo gastar dinheiro, não é que não se deve investir, mas nós precisamos fazer um investimento inteligente.

Por isso eu acredito – nós estamos no mês da criança – que, para valorizarmos a criança, é necessário valorizarmos a família. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Parabéns.

Deputado, eu não sou tão elegante quanto V.Exa. Eu vou dizer: esta arte é a arte da pouca vergonha, da sem-vergonhice. Vou dizer uma coisa: é por isso que o cidadão acha que pode ejacular no ônibus em nome da arte. O cara que defende um homem pelado deitado que leve o peladão para a casa dele, para a mulher dele alisar ou para ele ficar alisando o dia inteiro, não para as famílias, não tornando público, não em local público.

V.Exa. foi extremamente feliz. O Estado tem que tomar providência, porque senão daqui a pouco vai haver a arte da pedofilia. Inaceitável. Só em um país como o nosso, que vai virar o país da desesperança daqui a pouco, que é arte ficar embelezando um homem pelado. Vá para o inferno! Que história é essa, rapaz! Que conversa esquisita! Pelo amor de Deus, não tem isso não! Quer fazer, então, tranca lá na casa dele, fica lambendo, peladão lá, mas lá para ele, porra! Não para a sociedade.

Deputado Delmasso foi extremamente feliz. Existem outras maneiras de mostrar a arte, Deputado Bispo Renato Andrade. Eu não sou puritano, não, mas não podemos expor as nossas mulheres, as nossas crianças, os nossos jovens a uma situação constrangedora como essa. Isso é constrangedor!

Alguns dias atrás, gente, colocaram um peladão dentro de uma bolha ali em frente ao Museu Nacional, disseram que era arte. Que diabo de arte esquisita é essa, rapaz, pelo amor de Deus? Deputado Chico Vigilante, leva lá no Piauí, no Maranhão, bota um peladão desse lá para ver se o facão não come, rapidinho.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

(Assume a Presidência Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos e a todas.

Para ser bem objetivo, quero, em primeiro lugar, dirigir-me aos servidores do SLU – Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, e deixar bem claro que agora não há mais justificativa por parte desse governo. O que se alegava – aí nós temos que lembrar, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que tem labutado nessa matéria já há algum tempo, juntamente com o Deputado Joe Valle e outros Parlamentares – era que nós estávamos no limite prudencial. Pois bem, não estamos mais no limite prudencial.

O Governo aprovou esse maldito projeto da previdência, Deputado Cláudio Abrantes. Ou seja: encheu a burra de dinheiro. Está recebendo quarenta milhões a mais da União. Agora, eu quero ver qual vai ser a justificativa para esses pais e mães de família que foram sacrificados, não por não ter recebido aumento, mas, no caso deles, por terem sofrido uma redução salarial. Algo que é proibido pela Constituição Brasileira.

Então, eles tiveram uma redução salarial. E o que a gente espera desta Casa agora – porque desse governo não se espera muita coisa – é que tenha uma medida proativa. Esta Casa, agora, tem que sair em defesa desses trabalhadores e trabalhadoras. Porque é graças a eles que nós temos dignidade em nossas casas. O trabalho louvável dessas pessoas precisa ser reconhecido por nós. Nós não podemos ser negligentes, nós não podemos nos omitir. Temos que defender aqueles que cuidam das nossas famílias.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é testemunha que houve uma emenda à Lei Orgânica em que apenas apontava na possibilidade de estudo, mas que ainda assim o próprio governo vetou e houve um entendimento entre o Líder do Governo e o Presidente da Casa, em conversa, inclusive, com os servidores, de derrubar esse veto.

Eu creio que a melhor forma de dar apoio a esses servidores é colocar em votação esse veto. Esse é o entendimento que foi dado pelo próprio Líder de Governo, Deputado Agaciel Maia, como também pelo Presidente Joe Valle, em uma tratativa com os servidores.

Parece-me, inclusive, que V.Exa. tinha sido informado, porque acompanha bem de perto a temática dos servidores do SLU. Então, eu sugiro que nós possamos pautar no dia de hoje e votar. Acho que seria uma primeira e importante demonstração

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

e cabe a nós fazermos isso. Como eu sei que V.Exa. é um Deputado bastante comprometido com esse tipo de assunto, deixo aqui a sugestão para que a Mesa possa incluir na Ordem do Dia a votação dessa emenda no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu quero aqui concordar com o Deputado Wasny de Roure porque foi acordado – nós estávamos presentes, inclusive com os Líderes, com os Deputados da Oposição e com os Deputados da Base – que, na primeira oportunidade, nós votaríamos e derrubaríamos esse veto. É uma forma de demonstrar de que lado nós estamos.

Então, nós não podemos perder essa oportunidade. Havendo *quorum* hoje, Deputado Wasny de Roure, eu vou pedir ao nosso Presidente e aos Líderes: que seja colocado em pauta esse veto para que o derrubemos porque isso é extremamente necessário. Essa é a sinalização de que precisamos porque o governo é mal-intencionado, porque não havia razão para que ele vetasse essa autorização, como bem lembrou V.Exa., mas ele é mal-intencionado. A decisão judicial não mandou reduzir os salários desses trabalhadores, ele reduziu porque ele é mal-intencionado, porque ele não gosta do servidor público.

Entretanto, nós não podemos ser iguais a ele, nós temos que dar uma demonstração e V.Exa. já apontou o caminho. Espero assim que meus pares tenham sensibilidade, lembrando que esses trabalhadores tiveram redução salarial. Imaginem tirar 30% ou 40% do salário de cada um aqui – o que isso significaria isso para cada um de nós? Então, conto com o apoio dos nossos Líderes para que possamos no dia de hoje votar e derrubar esse veto.

Eu gostaria também de concordar e mais uma vez chamar a atenção para o pronunciamento do Deputado Chico Vigilante naquilo que diz respeito à segurança, Deputado Cláudio Abrantes. Deputado, nós que viemos da área da segurança, a nossa origem, existe um fator ao qual temos que ficar atentos. A estatística apresentada por esse governo é uma estatística mentirosa e camuflada que engana a população do Distrito Federal. Deputado Chico Vigilante, é fácil identificar.

Por exemplo, se vocês olharem, Deputado Cristiano Araújo, vocês verão que o número de tentativas de homicídio aumentou muito, Deputado Cláudio Abrantes, sabem por quê? Porque ele não está computando a tentativa de homicídio, que evolui para óbito, como homicídio. Então, Deputado Wasny de Roure, ficamos com um número de tentativas de homicídio muito grande e ele diz que reduziu o homicídio. Reduziu não, gente, aumentou o número de homicídios. O problema é que ele não está computando.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, esse dado é tão esdrúxulo que o cara morre, mas não morre.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Exatamente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ele é alvejado no meio da rua, é socorrido em um hospital, morre no hospital, mas, para efeito de estatística, o governo não conta isso como homicídio. É uma loucura mesmo. Como Deputado Chico Vigilante colocou muito bem, a insegurança está na rua. Ela chegou em todos os pontos do Distrito Federal. Recentemente, nós tivemos uma auditora do Ministério da Cultura assassinada em pleno Plano Piloto, Deputado Bispo Renato Andrade, e o governo ainda vai à área federal e a outros lugares tentar vender a ideia de que hoje nós vivemos o melhor índice do País, o que é uma enganação profunda, em que pese, como bem colocado pelo Deputado Chico Vigilante, o empenho e a luta das corporações das forças policiais do Distrito Federal.

V.Exa. está de parabéns por trazer isso à luz. Precisamos desmascarar isso para a população. A população já sabe porque ela sente na pele a insegurança, mas é importante delimitemos muito bem quais são os critérios que estão sendo usados por esse governo para dizer que nós melhoramos a segurança pública, porque realmente é uma falácia, isso não existe.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

E o mais grave: todos aqueles crimes hediondos aumentaram, Deputado Bispo Renato Andrade. Aumentou o número de estupros no Distrito Federal, o número de latrocínios e o número de homicídios.

Então, é bom que você que está na rua, você e sua família, conheça a realidade do Distrito Federal, não essa mentira que o governo tenta vender – como bem lembrou o Deputado Cláudio Abrantes. A nossa insegurança é enorme, de tal maneira que, se as pessoas conhecessem, talvez não precisassem sair à rua.

Mais uma vez eu faço um desafio ao Sr. Governador: se é tão seguro, Governador, dispense seus seguranças e comece a andar nas ruas sem seguranças – ou os seus familiares.

Não vai ter coragem, gente. Não vai ter, porque ele sabe o que de fato está acontecendo, porque os números reais ele conhece. Brasília foi tomada pela violência, e hoje é uma das cinco cidades mais violentas do Brasil, lamentavelmente, por causa de uma política mentirosa, por causa de uma política que não leva a sério a segurança pública e os seus servidores. E o custo é muito sangue – sangue de trabalhadores, de pais e mães de família honestos, enquanto o Governador ri, como se tudo estivesse bem na capital da quinta economia do mundo. Esse é o legado que esse Governador deixa para nós.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Então é bom que todos, antes de sair às ruas, rezem muito para que possam voltar com vida. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Pelos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente Telma Rufino...

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Retorno a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, palavra curta e rápida, hoje, sobre dois temas. Primeiro, hoje, finalmente, a Comissão de Constituição e Justiça evoluiu, e nós conseguimos, no âmbito daquela comissão, aprovar a Lei Orgânica da Cultura. Há um acordo para que hoje ela seja votada aqui em plenário. Desde já faço o pedido aos nobres Parlamentares que estão em seus gabinetes de que comecem a descer para fazer uso da palavra e para que tenhamos o *quorum* necessário para aprovação dessa lei que esperamos há tanto tempo.

Segundo, Sr. Presidente, o Líder do Governo não está aqui, infelizmente, mas mais uma vez queria usá-lo para mandar um recado ao governo. Sr. Presidente, em virtude da minha posição coerente de não votar alguns projetos de interesse do governo, ele resolveu exonerar algumas pessoas do PDT vinculadas politicamente a mim.

Porém, Deputado Wasny de Roure, há alguns subsecretários do governo – olha essa aqui, Deputado Raimundo Ribeiro –, em pastas distintas, que estão aproveitando a onda e apontando servidores de carreira que ocupam cargos de diretoria. Historicamente são pessoas amigas minhas, mas que não são vinculadas a mim, e, aproveitando essa situação para cutucar o governo, digo que são pessoas indicadas por mim e que devem ser exoneradas. Isso aconteceu no Diário Oficial de hoje.

Se o governo for exonerar todas as pessoas do serviço público com as quais eu mantenho relação de amizade, ou com quem eu tenho uma relação de proximidade, eu vou lhe falar, ele vai ter que demitir cerca de 10 mil servidores, porque, como eu dou aula para preparatório de concurso público há mais de vinte anos, cerca de 200 mil servidores públicos nos âmbitos federal e local foram alunos meus, com os quais eu criei uma relação de amizade ou de coleguismo e aproximação.

Então fica aqui um alerta, porque estão usando, de alguma maneira, essa situação para exonerar pessoas que têm proximidade e amizade comigo, mas não têm vínculo político nenhum comigo, dizendo que o têm, para poder fazer novas indicações,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

o que mostra que estão passando a perna, Deputado Raimundo Ribeiro, até no Governador. Então fica aqui a dica.

Está rolando um ambiente de perseguição típico do período da ditadura militar. Isso me traz uma preocupação, porque o Senado acaba de aprovar um projeto de lei, em comissão, que, em tese, acaba com a estabilidade e permite a exoneração de servidores que não atendam àquelas exigências de qualidade. E, no meu entender, Deputado Raimundo Ribeiro, esse projeto que permite a exoneração, na verdade, facilita a perseguição política de servidores que não se adequem à realidade do governo que comanda o País ou a cidade ou aquele local. Então é um projeto de lei extremamente perigoso aos servidores públicos caso ele venha a ser aprovado no Senado e tudo mais.

Então aproveito este momento para dar essa dica. Se num governo aqui servidores de carreira que ocupam cargos de diretoria, por serem amigos ou próximos de um determinado Parlamentar que não vota de acordo com o que o governo quer, são perseguidos, imaginem se eles tiverem respaldo de uma legislação federal. Isso me assusta profundamente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputado Prof. Reginaldo Veras, essa questão da estabilidade é uma questão muito interessante porque o tempo inteiro as pessoas colocam como se a estabilidade fosse um privilégio para o servidor. A estabilidade, na verdade, é uma das garantias para o exercício da função pública. É como acontece, por exemplo, para determinadas categorias de servidores e agentes políticos. Você veja que no Judiciário nós temos aí a irredutibilidade salarial, a inamovibilidade, e no serviço público, quando se cria a estabilidade, é exatamente para permitir distinguir que você não é empregado de governo, você é empregado do Estado. O governante é circunstancial, ele passa a cada quatro anos – infelizmente o Governador atual parece que vai completar esse prazo; gostaríamos até de encurtá-lo, mas infelizmente não conseguimos até agora. O governante é passageiro. O serviço público, não; tanto que não é governo que sustenta a máquina administrativa. Quem sustenta a máquina administrativa com os pagamentos de salários e os insumos necessários para que os serviços sejam prestados, na verdade, não é o governo, é o Estado. Infelizmente há essa confusão e de repente surgem propostas como esta: "Vamos acabar com a estabilidade do servidor público." Não tem nada a ver com o servidor público! A estabilidade aproveita ao serviço público e não ao servidor público.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Concluo, dizendo: se há perseguição de servidores baseada numa vinculação política com outrem e o Governador não sabe, isso se chama desinformação e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

descontrole do governo. Se o há e ele o sabe, isso se chama omissão e conivência. Então fica o alerta. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito bem, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Isso é uma condição inaceitável em qualquer tempo.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para notificar o Plenário da Casa, o IBRAM – Instituto Brasília Ambiental publicou o termo de referência para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Distrital de São Sebastião, comumente chamado Parque do Bosque.

Hoje eu recebi a comunidade no gabinete em função da audiência que foi feita para esse parque na cidade de São Sebastião. Foi muito interessante porque essa audiência foi realizada debaixo de uma árvore. Hoje a população encontra-se bastante satisfeita com o avanço que a secretaria proporcionou na elaboração do próprio Plano de Manejo do Parque, o que vai ser uma grande esperança para definir a natureza, a utilização e os investimentos dessa unidade de conservação e que ela vai receber ali na comunidade de São Sebastião.

Portanto, Deputado Joe Valle, V.Exa., que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente, esse termo de referência é particularmente importante para aquela comunidade de São Sebastião. Eu creio que deve ser de conhecimento de todos os membros dessa frente parlamentar. Parabênzo o Ibram por essa iniciativa de encaminhamento dessa proposta no Diário Oficial.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu gostaria de registrar a presença dos alunos e professores do Centro de Ensino Fundamental nº 1, de Sobradinho, que estão participando do nosso Projeto Cidadão do Futuro, promovido pela Escola do Legislativo. Muito bem-vindos à Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus pares, imprensa, saúdo os alunos das escolas públicas aqui do Distrito Federal, todos os trabalhadores e meus amigos fazedores de cultura do Distrito Federal, que têm essa luta há algum tempo pela LOC – Lei Orgânica de Cultura.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Saúdo também, na figura do Tiago e da Mariana, os membros da Secretaria de Cultura que estão acompanhando esse projeto. Esperamos que tenhamos *quorum* para essa aprovação e o projeto seja aprovado preferencialmente nesta tarde.

Inclusive, hoje a cultura tem outra boa notícia. Depois de uma luta de muitos anos, de uma batalha tremenda, houve a nomeação de 41 aprovados no último concurso para a Secretaria de Cultura. Isso é extremamente importante porque repõe os quadros da secretaria. A gente sabe que a Secretaria de Cultura do Distrito Federal trabalha com um efetivo bem enxuto e a maioria é de comissionados. Então, essa é uma boa notícia.

Agora, Sr. Presidente, eu venho à tribuna novamente, infelizmente. Eu estou quieto, Deputado Wasny de Roure, mas o governo não quer me deixar quieto. É surpreendente e lamentável que a assessoria de comunicação do Buriti fique tecendo determinados comentários e notas a respeito da postura da Oposição aqui na Câmara. Ora, nós somos Oposição, eu sou Oposição a este governo. Acabei de elogiar a Secretaria de Cultura naquilo que é certo, mas quanto ao que é errado, não vou me calar, minha função não é essa.

Nosso trabalho, caro Deputado Bispo Renato Andrade, não é só aqui na tribuna. Como Oposição, temos que repercutir nossas ações fora. Eu vejo a assessoria de comunicação do Buriti soltar uma nota, dizendo que o discurso da Oposição não encontra respaldo na realidade, falando do PLC 122, Deputado Wellington Luiz, esse famigerado. Estamos quietos, fazendo as nossas coisas, e o governo vem cutucar. Então, quanto ao PLC 122, Deputado Wasny de Roure, diz que o nosso discurso não encontra amparo na realidade, e que a data da divulgação do relatório quadrimestral não tem qualquer relação com o calendário de tramitação dos projetos de lei.

Se não tem, por que o Governo do Distrito Federal, por que o Governador Rodrigo Rollemberg assinou esse relatório no dia 26, terça-feira, dia em que nós estávamos aqui quase digladiando, no bom sentido, no debate? Por que ele não anunciou no dia 26 que o Distrito Federal saía da Lei de Responsabilidade Fiscal, do limite prudencial? Por que não fez isso? Por que sonegou essa informação aos deputados da Base? Eu já conversei com todos os deputados da Base, e nenhum diz que sabia. "Ah, eu imaginava!" Eu também imaginava isso desde o começo do governo: "Nós vamos sair, nós vamos sair". Era uma imaginação, mas não acontecia. Aí, quando acontece, o governo sonega a informação e vem dizer que o nosso discurso da Oposição, Deputado Bispo Renato Andrade – em que pese V.Exa. estar meio lá e meio cá –, Deputado Chico Vigilante, o nosso discurso da Oposição é longe da realidade? Eu não quero acreditar nisso.

O que é mais grave? Esta é uma pérola da assessoria de comunicação do Buriti: "A Oposição é que deveria assumir que tenta manipular a opinião pública através de porta-vozes da mídia". O Governador foi ao jornal de maior circulação da cidade, teve duas páginas lá, teve horários nobres em todos os telejornais da cidade, e nós é que estamos manipulando a mídia? Ora, parece brincadeira!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

O governo tem obrigação de avançar na questão das nomeações. Dou mérito à nomeação da Cultura, mas é muito pouco.

Quero trazer aqui um assunto, ombreando-me com os trabalhadores do SLU, que estão sofrendo com redução de salário. O Deputado Delmasso teve que sair, mas quero lembrar que no dia 7 de abril de 2016 o Presidente do Metrô esteve nesta Casa, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, e disse textualmente, as notas taquigráficas estão disponíveis, quem quiser pode vê-las: "Assim que o Distrito Federal sair do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós vamos fazer as nomeações do Metrô".

Vamos cobrar! Vamos cobrar, isso foi dito aqui nesta Casa. Foi dito em audiência pública, e é importante. Isso já vem sendo tratado na Justiça do Trabalho, pois lá os segurancas terceirizados estão fazendo o papel de segurança institucional, inclusive desviando, dando mais atribuições e peso maior ainda aos vigilantes que lá estão trabalhando.

Então, isso é importante. Essas ações do governo, no tocante a nomeações, têm que acontecer. Há um discurso falacioso do governo. Inclusive foi promessa de campanha – nós resgatamos isso –, promessa de campanha do Governador Rodrigo Rollemberg uma redução de 50% dos cargos comissionados. Muito bonito, só que em junho de 2014, conforme dados do Portal da Transparência, Deputado Wasny de Roure, o gasto do Distrito Federal com nomeados políticos, cargos de confiança, comissionados, foi de 26 milhões de reais. Os gastos em junho de 2017, Deputado Joe Valle, foram de 27 milhões de reais. Ou seja, essa redução é invertida, é para cima. A promessa de reduzir cargos, como tantas outras promessas de campanha, está ficando pelo caminho, como a questão dos administradores, como a questão de uma universidade do Distrito Federal, enfim, como uma série de outras campanhas.

Nós temos um aumento de 7 milhões de reais nesse total. Os números estão muito longe da redução, proposta na campanha, de 50% de comissionados. Até quero trazer aqui uma frase do Roberto Piscitelli, cientista político da Universidade de Brasília. Diz ele: "Falta clareza, antes de mais nada. O governo não reduziu cargos. Fez o contrário, aumentou os gastos". Essa é a lógica do governo.

Enquanto isso, na Saúde, o Centro de Saúde 3 de Planaltina foi fechado hoje, sabem por quê, Deputados? Eu já falei isso aqui na tribuna. Por que ele foi fechado, Deputado Wasny de Roure? Despejo. O Centro de Saúde 3 foi despejado. Sem falar, Deputado Joe Valle, que temos um terreno separado para construção de uma nova Unidade Básica de Saúde, com uma emenda de minha autoria de 4 milhões de reais para construí-la. Mas não faz, de repente, porque é emenda da Oposição, e a Oposição está manipulando a mídia, como diz a assessoria de comunicação do Buriti.

E mais, o Governo do Distrito Federal gaba-se, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure e Deputado Ricardo Vale, de ser líder em transplantes no País, e é verdade. Eu chamei a atenção desses três Deputados porque eles são do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

Partido dos Trabalhadores, e esse trabalho começou no governo passado. Temos de dar crédito a quem começou. Desde o governo passado, o Distrito Federal é líder em transplantes no Brasil, Deputado Bispo Renato Andrade. Só que recebi na semana passada uma comissão de transplantados, e eles estão desesperados porque faltam imunossupressores nas farmácias de alto custo. Se um transplantado, minha gente, ficar 24 horas sem esse remédio, o corpo dele rejeita o transplante. Para se ter ideia, eles criaram um grupo no Facebook nacional, Deputado Prof. Reginaldo Veras, em que trocam remédio com outro estado.

É um caso impressionante. Mesmo quando acerta, o governo deixa um vácuo de destruição, um vácuo de incompetência e falta de gestão.

Eu agradeço a tolerância, Sr. Presidente. Era somente para falar. Eu estava quieto no meu canto, mas como estamos aí... Eu me senti muito importante, porque estou com tanta moral que estou manipulando a mídia do Distrito Federal, conforme colocou a Assessoria de Comunicação do Buriti.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Lembro que estamos com 13 Deputados em plenário. Portanto, temos *quorum* para votação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, é sobre isso. Nós temos trabalhadores do SLU que esperam que possamos derrubar o veto nesta tarde e que, então, possa ser colocado em votação, além da LOC – Lei Orgânica da Cultura, já que todos se sentem preparados para votar nesta tarde.

Eu gostaria de dizer duas coisas, Deputado Cláudio Abrantes. Eu quero dizer a V.Exa. que meu mestre político, o Deputado Chico Vigilante, ensinou-me o seguinte: o que é bom para Brasília, votamos; o que é ruim para Brasília, não votamos. Continuo na Oposição.

Eu quero dizer, Deputado Wellington Luiz, que nós estivemos com o Governador, sim, nessa semana para levar uma proposta. Eu recebi uma boa notícia hoje à tarde, que é exatamente a criação do plano de carreira para a enfermagem, pelo qual V.Exa. é um batalhador, é um lutador. Eu espero que, de fato, desta vez, o Governador Rodrigo Rollemberg e a área da Saúde possam contemplar esses 14 mil servidores que trabalham intensamente pela saúde no Distrito Federal, os técnicos de enfermagem, a área de enfermagem como um todo nessa área técnica, que possam

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

criar o plano de carreira para esses trabalhadores. Eu quero dizer que, isso vindo a ser criado, V.Exa. tem uma grande participação.

Portanto, eu digo o seguinte: o que é bom, votamos; o que é ruim, não votamos; quando precisamos conversar com o Governador, vamos conversar para que possamos melhorar Brasília; e, quando for preciso votarmos contra, vamos votar também, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os Deputados, todos os presentes.

Eu estava ouvindo atentamente todos os Parlamentares que se manifestaram, em especial, o Deputado Cláudio Abrantes, porque esta Casa, aliás, parte desta Casa foi acusada de manipular a mídia. Em primeiro lugar, é um desrespeito à mídia. Esse é o primeiro ponto. Segundo, não foi a Oposição que propôs tirar dinheiro de determinadas atividades essenciais para jogar na publicidade. Isso aí foi um projeto do governo na semana passada, vinte e quatro milhões. Terceiro, parece que o governo mente tanto que ele acredita na própria mentira, porque, vejam só, nenhum Deputado da Oposição tem verba publicitária para ajudar convencer ninguém a publicar nada, ninguém aqui tem o controle do BRB para fazer empréstimos milionários. Então, eu acho que o governo, quando toca em determinados assuntos, tem que ser cuidadoso, porque ele próprio se entrega nas bobagens que ele anda fazendo.

Mas não foi nem para isso, Sr. Presidente, que nós subimos à tribuna. É porque hoje – e aqui eu faço questão de realçar –, na nossa Comissão de Educação e Saúde, sob a Presidência do Deputado Prof. Reginaldo Veras e a Relatoria do Deputado Wasny de Roure, conseguimos aprovar um projeto que trata do PDAF, que é um programa que objetiva basicamente desburocratizar essa máquina que não funciona dentro do governo. Foi o Deputado Wasny de Roure quem relatou, que se debruçou sobre a matéria e fez realmente um belo trabalho. E nós tivemos a oportunidade, no âmbito daquela comissão, aprovar.

Eu gostaria de relembrar aqui algumas coisas que têm relação com o PDAF, Deputado Wasny de Roure. Eu me lembro de que o Governador Rodrigo Rollemberg tinha prometido que nós teríamos a garantia da infraestrutura no retorno às aulas. O que acontece? Hoje nós temos, nos relatórios dos órgãos e controle, que, nas escolas, mesmo com o PDAF: falta de ventilação e isolamento acústico nas salas de aula, janelas quebradas, rede elétrica comprometida, pisos rachados e com buracos, violência nos arredores.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

Eu estou lembrando isso porque, vejam só, 2014, que foi a época da campanha, já parece um pouco distante, mas é necessário que permaneça vivo na memória de todos que tudo isso foi prometido. Um dia desses, nós chegamos aqui e mostramos um vídeo em que o Governador prometia regularizar um determinado condomínio. E, nessa promessa, ele, inclusive, fazia críticas. Ele dizia que o que faltava era gestão. Ele não disse que era o mais competente para gerir, mas deu a entender. E, se deu a entender, foi mais uma afirmativa falsa, porque é de uma incompetência extraordinária. Ele tem uma compulsão para a incompetência que é uma coisa de doido. Não dá mais para ficar acreditando em nada do que sai lá do Palácio do Buriti, porque tudo que sai sai de uma forma totalmente deturpada.

Essa história da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi muito bem lembrada aqui pelo Deputado que me antecedeu... Ora, todo mundo aqui sabia, por informações extraoficiais, que sairia da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já se sabia disso há trinta dias. Agora, o Governador, de propósito, deixou para assinar após a aprovação do projeto em que ele tinha interesse.

Então, essas coisas, pessoal, seria muito importante que... Se alguns colegas, por alguma razão, ou a mídia, por algum outro motivo, não vão tomar consciência disso, é hora de começarem a ver que, realmente, o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg institucionalizou a mentira como ferramenta de trabalho. E isso, Deputado Wasny de Roure, impede que se possa fazer qualquer tipo de diálogo.

Eu mesmo estive com ele antes da aprovação daquele projeto, que eu votei contra. Na conversa, ele disse uma série de coisas que não se materializaram. Ou ele é lerdado – e isso eu já sabia – ou é preguiçoso ou, então, ele realmente não tem apego nenhum ao que diz, o que é uma pena, porque quem sofre com isso não sou eu apenas, é a população que mais precisa do governo, porque toda a população precisa do governo. Agora, o governo tem que ter o mínimo de seriedade, o que não é o caso desse governo que aí está.

O quadro real foi estampado pelo Deputado Cláudio Abrantes: fechar uma unidade de saúde por falta de pagamento. Quer dizer, realmente, nós chegamos ao fundo do poço. Enquanto isso, você vê inúmeros prédios alugados – sabe-se lá por quê –, e uma unidade de saúde exatamente numa das cidades de que mais o povo precisa é fechada porque o governo não efetuou o pagamento. Eu acho que esse é o quadro real.

Eu não poderia deixar de finalizar sem lembrar os companheiros do SLU. Não basta lembrá-los. Nós temos que, também, lembrar o que faz com que, muitas vezes, eles saiam dos seus locais de trabalho para estarem aqui. Vejam só: você tem um governo que, de imediato, promove com uma categoria profissional, Deputado Wasny de Roure, uma redução salarial! E isso fica impune durante dois anos e pouco, três anos, e aí, quando esta Casa se propõe a corrigir isso, o governo vai lá e veta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

O mínimo que nós podemos fazer, e isso aqui não tem nada a ver com ser Oposição ou ser Situação, é corrigir essa ilegalidade. Não se trata aqui mais de mérito, é ilegalidade porque a lei fala que não se pode reduzir a remuneração das pessoas. E ele reduziu há três anos e permanece impune. Então, o mínimo que nós podemos fazer aqui, Deputado Wasny de Roure, é realmente ajudar o governo corrigindo essa ilegalidade que foi praticada no início do governo e, a partir daí, a gente começar a lutar por outros direitos, mas no mínimo o direito fundamental é o direito ao salário que você recebia no momento em que, infelizmente, o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg assumiu o Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exa. foi protagonista nesse processo, e queria solicitar que fosse incluído como item extrapauta o veto do SLU para que a gente pudesse, já que é um acordo, inclusive com a Liderança do Governo, votar hoje. Trata-se do Item nº 37.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só complementando a palavra do Deputado Wellington Luiz, são as emendas nº 125 e nº 126. Inclusive V. Exa. estava no acordo firmado pelo líder e a representação dos servidores do SLU.

Então são essas duas emendas às quais o Deputado Wellington Luiz e o próprio Deputado Raimundo Ribeiro se referiram. Se V. Exa. puder incluí-las na Ordem do Dia, resolveria já um problema pelo qual foi proposto encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, já está na Ordem do Dia, e trata-se do Item nº 37.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato as solicitações do Deputado Wellington Luiz e do Deputado Wasny de Roure e incluo na Ordem do Dia a derrubada do veto das emendas relativas à LDO que tratam da questão do SLU.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que inclua na pauta, tenho direito, o Projeto de Lei nº 1.026, de 2012, e o Projeto de Lei nº 418, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

Eu queria só pedir à assessoria: nós fizemos um trabalho, então, é só trazer antes que já vem para a pauta, não precisa fazer aqui no plenário. Fica bem tranquilo porque já tem um acordo firmado com o Marcelo e com o Manoel. Mas está acatada a questão do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para esclarecer que nós já mandamos por escrito o...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não, não, não, estou falando só desse projeto de lei que o Chico acabou de colocar. Já está na pauta do dia. Sem problemas.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que cria a Fundarte e a Funpac e as suas inserções no sistema de arte e cultura do Distrito Federal, já está aprovado em todas as comissões. Como hoje nós podemos votar a Lei Orgânica da Cultura, quero pedir a V. Exa. que inclua também na Ordem do Dia, porque esse faz parte do pacote da Lei Orgânica da Cultura: a aprovação do PLC 85, de 2016.

Então peço a V. Exa., se possível, a inclusão na pauta do PLC 85, de 2016.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já está como item extrapauta, Deputado Delmasso.

Eu só gostaria que a gente pudesse conversar com os líderes para que possamos harmonizar e acertar esse processo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para retificar, o item do veto é o Item nº 10, e não o Item nº 37, como havia mencionado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero que V. Exa., se possível, colocasse o PDL nº 128, de 2016 e o PDL nº 297 de 2017 na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. e coloco na Ordem do Dia.

Eu só quero fazer uma observação, sempre informando aos Deputados que vão para a Ordem do Dia todos os projetos que estiverem com tramitação concluída nas comissões.

Peço aos colegas que verifiquem a possibilidade de ver. Nós estamos com 13 Deputados em plenário, portanto já temos *quorum* para votação.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos tendo a retomada do debate da Lei Orgânica da Cultura, proposta pelo Governo do Distrito Federal. Um projeto que já dura mais de um ano e, felizmente, foi votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu queria trazer aqui um esclarecimento aos colegas sobre os gastos na cultura, como caíram dramaticamente neste Governo, ao contrário do que ele vem vendendo para a imagem dele. Uma mentira! E foi muito bem colocado aqui, não se faz política na base da mentira. Não se faz política na base da mentira!

Nós tivemos, desde 2008 a 2017, os chamados recursos para a cultura. O recurso para a cultura não é apenas o do FAC, mas tornou-se neste Governo apenas os recursos do FAC. A cultura é uma cesta de recursos que tem a sua gestão sob o auspício da secretaria, como também das administrações regionais.

Então, o que nós verificamos, Sr. Presidente, quando foi estabelecido o vínculo no art. 216, no § 6º, estabeleceu-se que é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida para financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de várias outras finalidades.

Em 2008, a Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 52 vinculou 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal, o Fundo de Apoio à Cultura, nosso famoso FAC, que é o art. 245, § 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Se pegarmos os valores dos empenhos liquidados na unidade orçamentária do FAC, o governo que mais investiu pelo fundo, em valores reais, atualizados pelo INPC, conforme a Lei Complementar nº 435, de 2001, foi o do Governador Arruda, no ano de 2010. Os investimentos chegaram à casa de 42 milhões de reais.

Em segundo lugar, o Governador esquece de mencionar alteração na forma de financiamento na área da cultura, que antes era financiado, além do FAC, pelas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

administrações regionais, além da própria Secretaria de Estado de Cultura. Se considerarmos todo o gasto na função cultura, excluindo-se as despesas de pessoal e encargos sociais, o ano com maior investimento na área da cultura, somando todas as unidades orçamentárias que financiam a cultura, foi já no exercício de 2011.

E, se verificarmos o ciclo de maiores gastos na cultura, em valores reais, valores corrigidos, nós vamos verificar que exatamente o Governo Rollemberg foi o que menor valor teve no período.

Eu tenho isso aqui com as fontes. É bom utilizar as fontes de onde vêm essas informações, para não ficar um jogo de números que, muitas vezes, se utiliza como uma maneira de ludibriar a população.

Na realidade, o Governo Rollemberg foi o que pior investimento fez, durante o não completo terceiro ano, na área da cultura, em relação inclusive aos governos anteriores. Houve uma redução de gasto na função cultura nos dois primeiros anos, 2015 e 2016, se comparado aos dois primeiros anos da gestão passada, 2011 e 2012, da ordem de 63%. Enquanto o governo passado investiu, em 2011 e 2012, 354 milhões, este investiu, em 2015 e 2016, 130 milhões de reais.

Por fim, essa fala sobre investimento de 0,3% da receita corrente líquida e repasse de duodécimos ao FAC – Fundo de Apoio à Cultura não representa nada além da sua obrigação de cumprir a lei. Felizmente, votado agora na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabelece-se que os repasses se darão em termos mensais e não mais anuais. Felizmente, foi sancionado. Não foi acolhida a autonomia financeira do FAC, mas nós pretendemos fazer esse acompanhamento. O artigo que possibilita essa leitura é o 35, para definição dos recursos a serem transferidos no exercício de 2018: Fundação de Apoio à Pesquisa e o Fundo de Apoio à Cultura, nas formas do disposto nos arts. 195, 246, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, será utilizado como base de cálculo o valor da receita corrente líquida apurado até o bimestre anterior ao mês do repasse, compensando as diferenças no bimestre seguinte. Portanto, como comissão que cuida da área da cultura, nós queremos repor a verdade dos números.

Sr. Presidente, eu também não gostaria de deixar passar aqui outra informação que nós entendemos ser bastante grave àquilo que vem representando as perdas de recurso na área da saúde. A primeira delas é com relação ao Samu. Nós já chegamos a trazer essa consideração, mas quero trazê-la novamente, porque creio que a Secretaria de Saúde tem profissionais que estão interessados em recompor e reconquistar o convênio que foi suspenso. Isso tem representado um montante de 11 milhões 638 mil reais, só na área do Samu. Esse montante, com o descredenciamento do Samu do Distrito Federal, deu-se na edição da Portaria do Ministério da Saúde nº 995, de 11 de maio de 2016, em desatendimento ao previsto no art. 31 da Portaria nº 1.010, do Gabinete do Ministro da Saúde, enquadrando o Samu do Distrito Federal nas condicionantes de suspensão previstas no art. 34 da referida portaria. Com isso, o Distrito Federal deixou de receber a parcela de 817 mil reais por mês, havendo,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

portanto, uma redução de 57%, que representou, só em 2016, uma perda de 6,7 milhões de reais.

Portanto, eu sugiro aqui que os colegas observem a Nota Técnica nº 55, do Ministério da Saúde, que demonstrou as irregularidades cometidas pelo Governo do Distrito Federal. A primeira delas é a não comprovação do funcionamento do quantitativo das unidades móveis. Não apresentação de escalas de profissionais das motos cadastradas no Programa. Inadequação de local de limpeza das ambulâncias nas bases descentralizadas. Inconsistências entre profissionais cadastrados e as escalas apresentadas.

O sucateamento do programa pode ser comprovado pelas alterações às leis orçamentárias sugeridas pelo governador. O Projeto de Lei nº 1.742, de 2017, que "dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015 e suas alterações", promove alterações no Programa Samu de modo a deteriorar ainda mais suas ações. O Anexo A da proposição, ao alterar o atual programa, promove os seguintes prejuízos ao Samu: aumento do tempo de resposta em 66,6%. O governo propõe alterar a atual meta de atendimento de doze minutos para vinte minutos. Em segundo lugar, a exclusão das metas 4 e 5 de requalificação dos programas, indicando que a tentativa de recadastramento no programa não é mais prioridade.

Nós vamos verificar que... qualificar trinta viaturas USB – Unidade de Suporte Básico – e sete viaturas USA – Unidade de Suporte Avançado – do Samu/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Portaria GAB/MS nº 1010/2012, de 21 de maio de 2012). Em quinto lugar, estruturar uma ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com equipe de médico psiquiatra, psicólogo, enfermeiro, assistente social e condutor, de acordo com a Portaria SES/DF nº 95, de 20 de maio de 2009, e Portaria SES/DF nº 82, de 27 de maio de 2011.

Já concluindo, Sr. Presidente, por fim, a situação análoga é replicada no Projeto de Lei Orçamentária para 2018 – sobre isso, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção da Casa – recentemente protocolado nesta Casa. Enquanto a Lei Orçamentária de 2017 previa inicialmente um orçamento de 11,4 milhões para o Programa Samu, o Projeto de Lei Orçamentária para 2018 autoriza somente 5,2 milhões. O corte orçamentário para 2018 no programa é igual a 55%.

Assim, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa, conclamo que façamos uma discussão no âmbito da Comissão para que possamos suplementar com recursos adequados o Samu tendo em vista a importância dos atendimentos realizados. Além disso, representarei aos órgãos responsáveis para que quantifiquem e imputem responsabilidade aos agentes públicos responsáveis pelas perdas de recursos oriundos das transferências federais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

Para encerrar, Sr. Presidente, eu também quero registrar no plenário desta Casa que nós protocolamos ontem a nossa representação no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre o Projeto de Lei Complementar nº 122 arguindo vários fatores que indicam a inconstitucionalidade da matéria. Também protocolamos no Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como no Ministério Público de Contas da mesma corte, outra representação dessa matéria que foi debatida recentemente no plenário desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caso haja votação, hoje, de moções, que seja incluída a nossa Moção nº 824, de 2017, para que possa ser votada; e, como vai ser votado agora, na sessão de hoje, o veto do SLU na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que sejam incluídas também as nossas emendas nº 13 e nº 14, que tratam praticamente do mesmo tema. Já há acordo com o governo para que se possa derrubar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. pode trazer isso à Mesa só para a gente colocar aqui e dar uma olhada, por favor?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – *Ok*. Nós vamos pedir para levar, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Dando sequência aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou ser bem breve até mesmo porque a gente tem que derrubar o veto do SLU. Eu queria pedir, inclusive, até para fazer justiça com os trabalhadores do SLU, que esse fosse o primeiro ponto de pauta aqui nesta tarde: que a gente votasse em primeiro lugar aqui nesta tarde de hoje a derrubada do veto do SLU. (Palmas.)

Em segundo lugar, que a gente já partisse para a LOC – Lei Orgânica da Cultura, essa lei tão importante. Há muito tempo, o setor cultural e alguns Parlamentares vêm trabalhando no sentido de aprová-la. Quero lembrar que nós apresentamos uma emenda aditiva, que nós acabamos de protocolar com o nº 133, que vai, de uma vez por todas, impedir que o Governo do Distrito Federal use o recurso do FAC – Fundo de Apoio à Cultura para pagar outras despesas do Tesouro. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

Essa emenda é muito importante, Sr. Presidente, porque ela foi construída e proposta também pelo Fórum de Cultura. Eu estou vendo aqui alguns militantes deste. Eu queria destacar o Kaká, o Fenelon, o Rênio, a própria Leidinha, a Dayse e outros mais que trabalharam duramente para que a gente chegasse, nesta tarde, e, de uma vez por todas, fizesse justiça com a cultura do Distrito Federal, que vem sofrendo já há alguns anos. Então, eu queria pedir também que já o segundo ponto de pauta fosse a discussão da LOC.

Para não demorar muito, eu encerro por aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, meu boa-tarde a todos. Cumprimento toda a Mesa na presença do nosso Presidente. Quero cumprimentar todos os servidores do SLU. Também faço o mesmo apelo aqui que fez o Deputado Ricardo Vale para que nós possamos apreciar a derrubada do veto do SLU como primeiro item de pauta. Estarei aqui presente para votar a derrubada desse veto. (Palmas.)

Sr. Presidente, ontem eu estive numa reunião para tratar de alguns assuntos referentes ao Lago Norte. O governador estava presente, assim como o Secretário da SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, Thiago Andrade; o Administrador do Lago Norte; o Administrador do Lago Sul. Havia alguns moradores também do Lago Sul para tratar de algumas demandas e das alterações que o governo pretende fazer na LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Ali nós passamos por uma situação inusitada, Presidente. O governo, muitas vezes, deixa de fazer de tantas coisas, mas, onde está certo, ainda quer mexer. Então, erra duas vezes. A gente está acostumado, ali no Arapoanga, com as pessoas pedirem segurança pública, iluminação, área de lazer. Você vai para o Sol Nascente, e lá há pedido de infraestrutura, saneamento básico, iluminação pública, emprego. Em São Sebastião, é a mesma coisa. Em várias cidades, a mesma coisa. Nós tivemos uma reunião ontem que foi até um pouco mais de meia-noite, e nós passamos por uma situação inusitada em que o pessoal só queria uma coisa: que o governo não fizesse nada. Só se pediu isto: que o governo não fizesse nada, que não mexesse na moradia deles, que não cobrasse a mais pelas áreas verdes, que também não transformasse as áreas residenciais em áreas de uso misto, até porque nós temos áreas destinadas para o comércio.

Então, faço esse registro aqui. Agradeço também ao secretário, ao próprio governador, que se sensibilizou e fez esse compromisso. E nós temos que vigiar aqui porque muitas vezes alguns compromissos o governo faz e não cumpre. Ele já tem esse histórico infelizmente, mas nós estamos aqui vigilantes. Convido o nosso Presidente, que acompanhou todo esse debate, para que não deixemos vir um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

documento que vai mexer na vida dos moradores que estão quietos e só querem que o governo os deixe tocar a vida deles em paz.

Mais um assunto, Presidente, mudando um pouquinho a pauta aqui: eu estive, Deputado Ricardo Vale, recentemente, na Vila Rabelo, onde nós presenciamos algumas ruas asfaltadas e outras não. Ali eu fiz um compromisso com a administração, com a Novacap e também com outros órgãos pertinentes, para que se pudesse fazer a infraestrutura daquelas quadras que precisam. Nós destinamos um milhão de reais – o recurso está liberado –, e infelizmente a Novacap disse que não vai fazer agora, Deputado Wellington Luiz, porque não tem o projeto urbanístico da cidade.

Para tudo aquilo que a gente vai pedir – que não é para nós, é para as pessoas que moram naquelas regiões que precisam de tantas coisas, Deputada Luzia de Paula – normalmente a resposta vem na ponta língua, que é a falta de recurso: “não dá para fazer porque falta recurso”; “não dá para fazer porque não tem dinheiro”. E, quando há recurso, nós nos embarcamos numa situação absurda, que é a falta da vontade de fazer, muitas vezes, muitos projetos importantes, Deputado Wasny de Roure.

Então, fica aqui meu apelo à Segeth e à Novacap: vamos colocar infraestrutura para aquele pessoal, não só lá, mas em muitas áreas onde as pessoas não têm direito a saneamento básico, infraestrutura, asfalto na porta das suas casas. Está lá o dinheiro. Eu faço apelo à Novacap que execute aquele dinheiro.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabo de chegar à conclusão de que o povo, especialmente a classe trabalhadora, neste País, está lascado. Nesta madrugada, Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós teremos mais um aumento do gás de cozinha. Não faz quinze dias que aumentaram o botijão de gás de 13 quilos. E, nessa quarta-feira, às 0h, haverá mais um aumento de 12,9%. Essa é a maldita liberação de preço feita pela Petrobrás para agradar os especuladores internacionais e lascar com o povo brasileiro. Portanto, é mais um aumento do botijão de gás.

Vem também constantemente o aumento da gasolina numa cidade que praticamente não tem transporte público – é lamentável que isso aconteça –, além da Reforma Trabalhista, que começa a valer a partir do dia 11, e a Reforma Previdenciária, que eles ameaçam fazer agora no mês de novembro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
10	10	2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Acho que está na hora de os trabalhadores brasileiros terem a coragem dos trabalhadores franceses, que hoje simplesmente pararam a França de ponta a ponta. Nada funcionou na França hoje contra uma reforma trabalhista que está sendo implementada lá também. Aqui, no Brasil, os trabalhadores brasileiros precisam tomar coragem e fazer o mesmo que os trabalhadores franceses estão fazendo neste momento.

Quando eu estou dizendo que os trabalhadores estão lascados é porque estão mesmo. Quero abordar outro ponto: mais uma sacanagem feita contra os trabalhadores. Tomei conhecimento, por intermédio de uma pessoa, de que tem uma senhora vendendo vaga de emprego de vigilante. E o pior é que ainda tem gente que compra! Ainda tem gente que compra sabendo que o fato não vai se concretizar, sabendo que é uma estelionatária, uma bandida que anda vendendo vaga, que está ludibriando os trabalhadores, que está usando nome de empresas honradas para pegar dinheiro dos trabalhadores – e ainda tem gente que acredita! É uma situação que a Polícia Civil do Distrito Federal tem que investigar para poder derrubar essas quadrilhas.

Terceiro ponto que eu quero abordar, Sr. Presidente, é o seguinte: está na hora mesmo de a gente votar a lei da cultura, até porque eu estava dando uma olhada no SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental, existem 45 milhões depositados no FAC – Fundo de Cultura do Distrito Federal. Portanto é preciso que esse recurso seja destinado efetivamente à cultura do Distrito Federal.

Muito obrigado. Vamos ao voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado Deputado Chico Vigilante.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 10/10/2017
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR		1
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS		1
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB		1
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV		1
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			13	11

QUÓRUM	
13	PRESENTES
11	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Esta Presidência faz a seguinte retificação:

“Conforme nota técnica da Unidade de Economia e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.760, de 2017, com vistas a sanar inexatidão material, e de acordo com § 2º do art. 201 do Regimento Interno, submeto ao plenário a alteração no art. 1º, assim redigida pela Unidade:

‘Art. 1º. Fica aberto, nos termos dos artigos 57 e 61 da Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2017 (Lei nº 5.796, de 29 de dezembro de 2016), crédito suplementar, no valor de R\$ 24.780.250,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e cinquenta reais) para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo III e IV.’

Nos termos do art. 205 do Regimento Interno, não havendo impugnação, considera-se aceita a retificação da Redação Final.” (sic.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Nós tivemos um acordo no Colégio de Líderes para a derrubada de vetos a projetos de Deputados feito no mesmo formato da última vez. Nós vamos ler os projetos em bloco e aqueles que os Deputados quiserem destacar, eles destacam, fazem um destaque e a gente separa para um processo de votação individualizada. Essa vai ser a lógica da derrubada dos vetos. Nós vamos ler um a um, em bloco. Se algum Deputado quiser destacar, qualquer um, qualquer Deputado destaca e retira para uma votação em separado. Esse foi o acordo no Colégio de Líderes e eu quero consultar novamente para ficar tudo claro.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Lei Orgânica da Cultura não está pronta para ser votada?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está pronta. Nós vamos votar, tem acordo para votar, só que nós temos os vetos, inclusive o veto é da LDO, do SLU, que foi acordado, que faz parte dessa pauta dos vetos. Foi indicado por Deputados naqueles três vetos que cada Deputado podia indicar. Então, já está na relação,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

acordado no Colégio de Líderes. Estou aqui submetendo aos Líderes, apesar de já ter acordo no Colégio.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não discordo da votação não, é que achei que o primeiro item era a Lei Orgânica da Cultura. Não discordo não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós temos o bloco, votaremos então a Lei Orgânica da Cultura e depois os projetos de Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeito, que tenham passado, Sr. Presidente, permita-me, por todas as comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Claro. Os que estão aqui para votação foram indicados por Deputados e já estão concluídos em todas as comissões.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Este é o pré-requisito para entrar na nossa ordem: que os projetos tenham passado por todas as comissões.

Há acordo? (Pausa.)

Então, iniciamos a votação pelos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias que foram submetidos aqui à nossa lista pelos Deputados.

Item nº 10:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.569, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre veto parcial à Parte I – Dispositivos do texto: incisos I e XII do art. 2º, XXI, XXII, XXIII e XXIV do art. 7º, art. 27, inciso I e § 4º do art. 34, art. 45, § 7º do art. 47, alínea 'a' do inciso II do art. 49, § 2º do art. 54, § 4º do art. 59, §§ 7º e 8º do art. 63, art. 66, § 2º do art. 74, §§ 6º, 7º e 8º do art. 76, § 3º do art. 77, § 2º do art. 90, e arts. 92 e 93; Parte II – Relativa às Prioridades da LDO: Programa 0001 – Reserva de Contingência; Programa 6002 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado Social, Programa 6202 – Brasília Saudável, Programa 6210 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, Programa 6211 – Direitos Humanos e Cidadania, Programa 6216 – Mobilidade Integrada e Sustentável, Programa 6217 – Segurança Pública com Cidadania, Programa 6221 – Educa mais Brasília, Programa 6221 – Educa mais Brasília, Programa 6221 – Educa mais Brasília; Parte III – Anexo IV – Aumento da Despesa de Pessoal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Peço permissão ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Há acordo para derrubar todos esses vetos?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Não, não, não.

Procederemos à votação, em dois blocos, dos vetos parciais, primeiramente dos vetos elencados pelos Srs. Deputados que desejam sua rejeição, e logo após do restante dos vetos parciais, que deverão ser mantidos, salvo manifestação contrária dos Líderes, está certo?

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, esses aqui serão só os vetos relacionados ao SLU e o do Deputado Bispo Renato Andrade, que também tem relação a essa questão do SLU e que já está inscrito no processo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu acho fundamental...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O restante fica para a próxima sessão.

DEPUTADO CHICO LEITE – Certo, Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer. Nós temos disposição de votar para derrubar o veto do SLU. Esse, nós temos disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou falar exatamente qual é aqui, aí V.Exa. vota favoravelmente a esse veto e, aos outros, se porventura houver, contrariamente, ok?

DEPUTADO CHICO LEITE – Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proferir o relatório.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos os Deputados, à galeria. Cumprindo meu acordo com o pessoal do SLU, vim aqui hoje só para votar a derrubada do veto. Tenho recebido inúmeras mensagens e, conforme tinha prometido, estou aqui – para poder cumprir a minha palavra e ajudar na derrubada do veto.

Quería só deixar isso registrado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que profira o relatório sobre o veto. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sim, está incluso na pauta – consulta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Treze. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



RELATÓRIO Nº 01, DE 2017- CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.569/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

Com a Mensagem nº 212/2017-GAG, de 02 de agosto de 2017, o Chefe do Poder Executivo comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1.569, de 2017, de autoria daquele Poder, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

Examinado por esta Casa, o projeto foi aprovado com emendas.

Em sua exposição de motivos, o Governador informa que o veto incidiu sobre diversos artigos do texto do Projeto; sobre a relação de prioridades; itens do Anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem acréscimos; e itens do Anexo XI – Renúncia de Receita, inseridos por emenda parlamentar. Assevera que a matéria contida em algumas emendas contém indícios de inconstitucionalidade e/ou contraria o interesse público do Distrito Federal.

Além disso, informa que, em relação ao Anexo IV, que trata das despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, houve um incremento da ordem de 927% em relação aos valores de nomeações decorrentes de concursos públicos originalmente encaminhados ao Poder Legislativo, e de 1.898% em relação a melhorias salariais/reajustes.

Quanto ao Anexo XI – Renúncia de Receita, as emendas vetadas elevam o volume das renúncias de ICMS, ISS e IPVA, sem haver, no entanto, a devida compensação e sem levar em conta os reflexos nas demais planilhas de receitas tributárias, para fins de redução dos valores líquidos de renúncia.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

**Deputado
Presidente**


**Deputado Prof. Reginaldo Veras
Relator**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o relatório.

Esclarecendo, os vetos parciais serão do Programa 0001 - Programa para Operação Especial, 9.100 - nomeações de concursos públicos, Emendas nºs 13 e 14, do Deputado Bispo Renato Andrade; e o Anexo IV - aumento da despesa de pessoal, 2.1 serviço de limpeza urbana, 2.1.1 recomposição e reestruturação salarial das carreiras do SLU. São essas duas que estão sendo aqui discutidas, e nós vamos votar a derrubada dos vetos.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa proposta nasceu em debate no interior desta Casa quando debruçados sobre as possíveis medidas que o SLU estaria tomando frente à política de tratamento do lixo. Foi colocada essa demanda dos servidores que tiveram no ano de 2015 uma redução nos seus salários, em torno de 30%, 40%, provocando um verdadeiro caos familiar, por conta do peso que tem um salário de um servidor do SLU no orçamento da família à qual cada um deles é ligado.

Sr. Presidente, a dificuldade se estabelece porque o governo construiu comissões, fez estudo, reconheceu, mas em momento nenhum operacionalizou, dado o argumento de que Brasília estava no nível prudencial e, portanto, não era possível nenhum movimento.

Ora, eu acredito até que o governo poderia estar com a razão, mas que consultasse, porque aquilo já fazia parte das despesas antes do ano de 2015. Havia uma decisão judicial que arguiu a inconstitucionalidade da lei que colocou os servidores do SLU no chamado carreirão ou no PPP ou o nome que se dê a esses servidores que já compõem a estrutura do GDF. Com essa migração, e o tribunal considerando a lei inconstitucional, retira aquilo que eles, durante dois anos, haviam recebido, sendo, portanto, uma redução significativa nos proventos do servidor. Essa angústia levou a uma situação que é desnecessário repetir. E nessa construção que ocorreu aqui nesta Casa foi apontada uma possibilidade de temporizar, até mesmo porque a Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita esse raciocínio da previsão de fontes para despesas.

Portanto, foi um exercício que tentou encontrar uma saída para os servidores. Foi nesse sentido que a emenda foi feita, apresentada à LDO e convencido o Relator e este Plenário. Portanto, eu defendo a derrubada desse veto para que volte a incorporar o texto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Lembrando que nós estamos aqui votando a derrubada do veto das Emendas nºs 13, 14 e 125, que tratam do SLU, sobre a nomeação de concursos públicos e sobre a recomposição e reestruturação salarial das carreiras do SLU, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Wasny de Roure, acordadas já com os Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

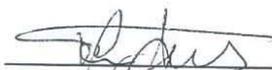
Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

A orientação dos líderes, sobre a votação, é pela rejeição. Portanto, a orientação é pelo voto "não".

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		PRESIDÊNCIA		SECRETARIA LEGISLATIVA		7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017		
VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.569/2017 (LDO)						DATA: 10/10/2017		
<p>1. BISPO RENATO ANDRADE - PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL - 9100 - NOMEAÇÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS (EMENDA NºS 13 E 14);</p> <p>2. WASNY DE ROURE - ANEXO IV - AUMENTO DA DESPESA DE PESSOAL;</p> <p>2.1 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA; 2.1.1 - RECOMPOSIÇÃO E RESTRUTURAÇÃO SALARIAL DAS CARREIRAS DO SLU; (EMENDAS NºS 125)</p>								
AUTORIA: PODER EXECUTIVO				RELATOR: DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS				
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS	AUS	OBST	DV
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT		1				
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB		1				
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			0	20	0	4	0	24
RESULTADO DA VOTAÇÃO								
MANTIDO ()		REJEITADO (X)						
0	VOTOS SIM							
20	VOTOS NÃO							
0	ABSTENÇÕES							
4	AUSÊNCIAS							
0	OBSTRUÇÕES							
20	QUÓRUM VOTANTE							


 SECRETÁRIA DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto parcial: Programa 0001 – Programa para Operação Especial, nomeações decorrentes de concursos públicos; Emendas nºs 13 e 14, do Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Wasny de Roure; Anexo IV – aumento da despesa de pessoal: 2.1 – serviço de limpeza urbana; 2.1.1 – recomposição e reestruturação salarial das carreiras do SLU.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho deixar absolutamente claro que o meu voto foi no sentido de que nós, os vinte deputados que votamos, estamos dizendo que o governo pode mandar o projeto. A decisão de mandar o projeto é do governo. Portanto, precisam mudar a pressão, saírem da Câmara Legislativa e irem ao Buriti pressionar para que ele mande, porque a autoria é dele e não nossa. Isso é para ficar claro, Presidente Joe Valle, e depois alguém não achar que 24 deputados votaram e não aconteceu nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, V.Exa. tem toda razão. Didaticamente, o governo está liberado. A Câmara autorizou. Se ele quiser, dentro da postura que ele tem colocado, ajudará os servidores do SLU que tanto necessitam e merecem.

Pelo acordo, passaremos ao item relativo à Lei Orgânica da Cultura.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".

Tramitação concluída.

Aprovado o parecer na Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo, Emenda nº 123, e das emendas apresentadas na CCJ, Emendas nºs 124, 127, 128, 129 e 132, e pela rejeição das Emendas nºs 130 e 131. Foram apresentadas doze emendas de Plenário.

Então, nós temos doze emendas apresentadas em plenário. A CAS, a CESC e a CEOF deverão se manifestar sobre o substitutivo, a Emenda nº 123 e as emendas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

apresentadas na CCJ, Emendas nºs 124, 127, 128, 129, 130, 131 e 132. Portanto, teremos que ter a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas de Plenário.

Solicito à Relatora, a Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o substitutivo, Emenda nº 123, sobre as Emendas nºs 124, 127, 128, 129, 130, 131 e 132 apresentadas na CCJ, e sobre as emendas de Plenário.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, estou aguardando o processo. Peço permissão para proferir o parecer aqui da bancada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – V.Exa. tem permissão para proferir o parecer da sua bancada. Solicito à secretaria que providencie o projeto para que V.Exa. possa fazer a leitura.

Eu gostaria de fazer uma retificação aqui, e peço licença aos nossos companheiros. Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos demais itens relativos aos vetos da Ordem do Dia, votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestações em contrário, há acordo para o sobrestamento, está resolvido esse problema. Muito obrigado aos Líderes e aos Deputados. Agora iniciamos a votação da LOC. Votamos os vetos à LDO.

Eu gostaria de retificar a minha fala. Havia sete emendas de Plenário, são doze emendas. Então, nós vamos fazer o parecer sobre as emendas de Plenário também.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".

Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, na forma da Emenda nº 123, substitutivo, bem como das Subemendas nºs 124, 127, 128, 129, 132; pela rejeição das Subemendas nºs 130 e 131 e pela aprovação da Emenda nº 133, da Emenda nº 135, da Emenda nº 137, da Emenda nº 138, da Emenda Modificativa nº 139, da Emenda Modificativa nº 140, da Emenda Supressiva nº 141, da Emenda Modificativa nº 142, da Emenda Modificativa nº 143 e da Subemenda nº 144 e pela rejeição das Emendas nºs 134 e 136.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CAS.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	37	

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu concordo, quase na totalidade, com o parecer da Deputada Luzia de Paula, mas S.Exa. rejeita duas emendas de que nós temos o entendimento... Eu peço a atenção da Deputada Luzia de Paula. Na Subemenda nº 134, Deputada Luzia de Paula, o que se diz? "Os recursos do FAC serão administrados pela Secretaria da Cultura através do Conselho do FAC-DF, órgão colegiado de deliberação coletiva de segundo grau, composto por seis membros, presidido pelo Secretário da Cultura, e regra de funcionamento..." Eu peço a atenção da Deputada Luzia de Paula, por gentileza. S.Exa. é a Relatora. Eu tenho que me reportar à colega, senão fica difícil de ser entendido.

O que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente, é garantindo o número de integrantes do Conselho e definindo o órgão gestor que ouvirá o Conselho, mas quem vai gerenciar é o órgão gestor. Não há como você querer fazer prestação de contas, avaliação se não houver um órgão responsável, que, no caso, é a Secretaria da Cultura. Portanto, a negação desse projeto subtrai um processo de acompanhamento e controle desses recursos. Eu acho que haverá um prejuízo, colocando-se um programa em temeridade, colocando-se um programa no rol da temeridade, porque consultar é uma coisa, mas assumir que é o responsável pela gestão é estar assinado, e essa história de quem assina e não responde não combina com a natureza.

Portanto, nós fizemos questão... Tanto é verdade que se vai ouvir, ouve-se, observa-se, anota-se, mas quem assume a responsabilidade é a Secretaria da Cultura. É por isso que nós estamos insistindo com essa emenda, Sr. Presidente.

A outra emenda é a Emenda nº 136. Eu também não entendo... O art. nº 69, § 1º, aperfeiçoamos. É bem verdade que a equipe da Secretaria da Cultura está alegando que é um normativo que poderá ser colocado na forma de decreto. Isso é compreensível até certo ponto. Mas qual é o problema por que eles não querem que entre aqui? Isso é que tem que ficar claro. Por que eles não querem que se coloque isso aqui?

Eu falo para os integrantes do movimento cultural. Contem comigo, mas contem com minha transparência. Por quê? Nós estabelecemos aqui que esses eventos têm que ter caráter gratuito, não podem ter caráter de ônus. Nós estamos explicitando a manutenção da gratuidade, porque os recursos são públicos. Isso é um marco regulatório recente que foi estabelecido, isso foi mais do que referendado. Agora, dizer que isso é matéria da área de decreto não é verdade. Isso é matéria de lei, que estabelece uma exigência. Eu sei que o movimento, muitas vezes, padece de determinados custos que não têm cobertura. Isso é verdade. Mas, quando há dinheiro público para um programa como esse, é nítida a gratuidade do evento. Portanto, quando se utilizam recursos do FAC e vem ônus na forma de bilhete ou outras modalidades, isso compromete enormemente o fundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

Então, eu faço um apelo, Deputada Luzia de Paula, por conta dessas duas emendas que eu entendo serem importantes. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. está querendo destacar essas emendas então?

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, por favor, encaminhe à Mesa para fazermos o destaque das emendas.

Continua em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria: o substitutivo, a Emenda nº 123, as emendas apresentadas na CCJ, Emendas nºs 124, 127, 128, 129, 130, 131 e 132, e as emendas de plenário.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural”, e às emendas apresentadas.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, considerando acordos previamente estabelecidos com todos os segmentos envolvidos, o parecer é pela aprovação da Emenda nº 136, pela rejeição da Emenda nº 134, pela aprovação da Emenda nº 135, pela rejeição das Emendas nºs 136 e 137 e pela aprovação das Emendas de nºs 138 a 144.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – E quanto à Emenda nº 123, substitutiva?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – E também pela aprovação do substitutivo que consta da Emenda nº 123.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Em discussão o parecer da CESC. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Julio Cesar, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, designo o Deputado Prof. Israel.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Só um minuto, Deputado Prof. Israel. Nós estamos com uma dúvida aqui. Um minuto, por favor. (Pausa.)

Solicito ao Relator da CESC, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que retorne para fazer uma retificação no seu parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento aqui os imbróglis, frutos das emendas apresentadas de última hora. Peço que as notas taquigráficas ignorem o relatório anterior para que eu possa começar do zero e não incorra em qualquer erro na redação final.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural" e às emendas apresentadas.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, começando a partir da Emenda nº 123, que é um substitutivo que aglutina tudo que fora feito anteriormente, o voto é pela aprovação da Emenda nº 123, o substitutivo.

Emenda nº 124, acatada; Emenda nº 125, retirada pelo autor; Emenda nº 126, retirada pelo autor; Emenda nº 127, acatada; Emenda nº 128, acatada; Emenda nº 129, acatada; Emendas nºs 130 e 131, rejeitadas; Emenda nº 132, acatada; Emenda nº 133, acatada; Emenda nº 134, rejeitada; Emenda nº 135, acatada; Emendas nºs 136 e 137, rejeitadas. Todas as demais, da Emenda nº 138 a nº 144, acatadas.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido. Então, como houve a retificação eu novamente coloco em discussão o parecer.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ressalvados os destaques às Emendas nºs 134, 136 e 137.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acatada a solicitação do Deputado Wasny de Roure.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Julio Cesar, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, designo o Deputado Prof. Israel.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Prof. Israel, para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".

Nosso parecer é pela aprovação e admissibilidade nos termos do Substitutivo nº 123, da Emenda Substitutiva nº 123, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Informamos também que a Emenda nº 124, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, está acatada; as Emendas nºs. 125 e 126, de autoria do Deputado Julio Cesar, estão retiradas; as Emendas nºs. 127, 128 e 129, do Deputado Julio Cesar e do Deputado Delmasso, estão acatadas; as Emendas nºs. 130 e 131, de autoria do Deputado Julio Cesar e do Deputado Delmasso, estão rejeitadas; a Emenda nº 132, de autoria do Deputado Julio Cesar, do Deputado Delmasso e do Deputado Prof. Israel, está acatada; a Emenda nº 133 está acatada; a Emenda nº 134 foi rejeitada; a Emenda nº 135 foi acatada; as Emendas nºs. 136 e 137 foram rejeitadas; e as Emendas nºs. 138 a 144 estão acatadas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

Sr. Presidente, eis o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, durante o processo legislativo que transitou na comissão já fora aprovado até a 132. Então, este parecer é referente às emendas de plenário que começam a partir da 133.

As emendas nºs. 133, 135, 138 a 144 estão acatadas e admitidas.

As Emendas nºs. 134, 136 e 137 estão rejeitadas.

Este é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, em primeiro turno, ressalvados os destaques. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às vezes tornamo-nos uma pessoa um tanto quanto chata, mas, quando tratamos de dinheiro público, temos que ser o mais responsável possível.

Eu queria chamar a atenção dos colegas com relação à Emenda nº 136. Em primeiro lugar, quando nós propusemos essa emenda, nós propusemos vários tipos de procedimentos ao público que é beneficiado pelo FAC. Então, Sr. Presidente, vou pedir licença para eu ler alguns deles, pelo menos os que eu considero mais importantes.

Os projetos culturais incentivados na forma desta lei devem ser realizados no Distrito Federal e só podem ocorrer fora dessa circunscrição nos casos de previsão expressa no objeto dos projetos incentivados de atividades de difusão e circulação de produções culturais oriundas do próprio Distrito Federal na forma definida em regulamento. Esta é uma primeira observação: o local onde se realizam eventos. Aquilo que não está previsto, naturalmente, eu irei apresentar aqui ou ali, não pode acontecer com o dinheiro público se não fez parte do projeto aprovado.

No caso de incentivo a beneficiário cultural cujo produto ofertado não seja gratuito – não seja –, então de uma parte do que vão ter que cobrar será disponibilizado um quantitativo de ingresso de forma gratuita em percentual não inferior a 20%. Ou seja, naqueles casos que irão ser cobrados, nós estamos dizendo que até 20% devem ser oferecidos gratuitamente para a população de baixa renda ou para aqueles que obedecerem aos critérios. Essa é a segunda observação.

A terceira observação – eu fico, colegas, sinceramente, extasiado e admirado de ver como há funcionários da Secretaria da Cultura, a qual se propõe a ser um ente de difusão da cultura, que aceitam a concessão de dinheiro público e a discricionariedade de acesso àquilo que foi financiado pelo Estado – é a oferta gratuita, prevista no § 8º, que será disponibilizada preferencialmente à população de baixa renda na forma do regulamento.

O art. 77 trata, Sr. Presidente, das vedações. Olhe só, das vedações: I – a propostas que se caracterizem exclusivamente como peças promocionais e institucionais da incentivadora cultural, nos termos do regulamento; II – a incentivadora cultural que contenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor nomeado para o exercício em cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Secretaria de Estado da Cultura. Ou seja, na Câmara, todos sabem que, havendo relação de parentesco, não pode participar do gabinete, não pode ter ações ou presença em estrutura da Casa. É o mesmo procedimento para um tipo de benefício como esse, para não ser algo em família, para evitar isso no processo. Esses são procedimentos de lei. III – a incentivadora cultural cujo beneficiário seja o próprio incentivador, contribuinte ou sócio de qualquer destes, incluindo suas controladas e coligadas; IV – para incentivo a obras, produtos, eventos ou outros, decorrentes destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

Portanto, Sr. Presidente, não estamos fazendo nada mais aqui do que tornar uma política de benefícios a mais pública possível e a mais transparente possível. Somente isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Continua em discussão. (Pausa.)

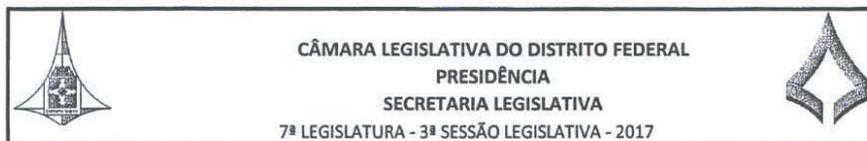
Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, em primeiro turno, ressalvados os destaques.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 84/2016 DATA: 10/10/2017
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
TURNO: 1ª (X) 2ª () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Há os destaques. Eu quero fazer uma consulta: se nós podemos fazer a votação dos destaques apresentados. São dois destaques: Emenda nº 132, de autoria do Deputado Delmasso, e Emendas nº 134, 136 e 137, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos as emendas em bloco, tendo em vista que a intenção é a rejeição.

Consulto o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir apoio dos colegas para que incluam essas emendas. Uma delas inclusive trata da autonomia financeira do Fundo de Apoio à Cultura. Há pouco, ouvi colegas falando de apresentar procedimentos de amparo ao FAC. Quem garante é a autonomia, isso que já fez parte do projeto – emenda no próprio projeto. A outra é o procedimento de disciplina do recurso público num programa desse para torná-lo bastante transparente. Eu peço apoio para que essa emenda seja incluída. Que aprovem as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Wasny de Roure. Tem o meu apoio. Eu vou votar pela aprovação de suas emendas.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Líder do Governo não está presente, pediram para eu, como fui o último, orientar. O Líder do Governo é o Deputado Agaciel Maia. Não estou com saudade, não.

Só vou fazer a orientação pela rejeição de todas as emendas. Na realidade, faço um contraponto. Existe até um acordo no movimento cultural para que o fundo continue sendo gerenciado pela Fazenda, tendo em vista que não existe estrutura na Secretaria de Cultura para fazer a gestão dele. Uma conversa, pelo menos, entre o Secretário de Fazenda e o Secretário de Cultura já existe para que o fundo continue na Secretaria de Fazenda.

Então, a orientação é pela rejeição, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Eu vou fazer o seguinte, eu vou votar em separado as emendas do Deputado Wasny de Roure e a emenda do Deputado Delmasso porque a orientação do Deputado Delmasso é pela rejeição.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Assim, quem quiser pode votar pelo acatamento das emendas do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, a Emenda, destacada, nº 132. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está rejeitada com 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Em discussão, em bloco, as Emendas destacadas nº 134, nº 136 e nº 137.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, poucas pessoas têm coragem de dizer as coisas do jeito que as veem.

Uma vez eu peguei um relatório do FAC – eu o tenho guardado – e algumas coisas me preocuparam bastante, e eu acho que isto precisa mudar. De acordo com o relatório, hoje, os espaços do Distrito Federal onde mais se desenvolveu a cultura seriam o Varjão, a Estrutural e a Vila Telebrasil, porque eram os que tinham a maior pontuação.

Eu vi uma coisa lá também que me chamou bastante a atenção: um projeto executado em Brasília, e o mesmo projeto, com o mesmo recurso, em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas – eu estive lá – e numa cidade de Sergipe. Isso com o dinheiro do Distrito Federal. Eu pergunto: quem fiscalizou isso? Como é que foi feito? São coisas que têm de ser ditas.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Podem vaiar. Podem dizer o que quiserem, mas eu não tenho medo de dizer as coisas como elas são. Como é que é isso? É pago por nós para ir para São Gabriel da Cachoeira? O governo do Amazonas que faça! O governo de Sergipe que faça! Nós temos obrigação de financiar a nossa cultura. Isso não querem que se diga.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendi o que o Deputado Chico Vigilante quis dizer. Eu acredito que é necessário ter uma fiscalização dos recursos aplicados. Contudo, eu acredito também que a gente não pode limitar o investimento dos recursos somente ao

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

quadrilátero do Distrito Federal. Vou dar um exemplo: existem filmes que são patrocinados pelo Governo do Estado de São Paulo a que nós aqui em Brasília assistimos. Existem peças teatrais que são patrocinados pelo Governo do Estado da Bahia, até para fomento do turismo, a que nós assistimos aqui no Distrito Federal. (Palmas.)

Eu entendo o Deputado Chico Vigilante e concordo com S.Exa. quando diz que é necessário que se aumente a fiscalização para que o dinheiro público não seja mal investido. Concordo plenamente, mas, na minha avaliação, eu acredito que o papel da cultura é investir no artista local para que ele tenha condições de mostrar a sua arte – bem, minha convicção de arte pode ter alguma divergência com algumas pessoas – em todo o Brasil e, digo mais, em todo o mundo, porque, quando nós levamos a arte de Brasília, é a arte da Capital da República da quinta economia do mundo.

Só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Delmasso está com a razão, e o texto prevê isso, mas há uma coisa, Deputado Delmasso: no projeto aprovado tem que constar. Nós não dissemos isso. Portanto, de que tem que ter a circulação não há a menor dúvida, mas isso tem que constar no projeto aprovado pelo FAC. O problema todo é este: é tornar coerente com aquilo que foi aprovado. Essa é a nossa tese, e se prevê exatamente isso, porém que conste no texto do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é lógico que nós temos o maior respeito por todos os Deputados aqui, mas um dos princípios da cultura é justamente atingir o maior número de lugares possíveis. Quando a gente fala de uma lei de fomento à cultura, a ideia não é que essa cultura se encerre em si própria ou em um *locus* muito bem definido.

O Brasil é um país extremamente diverso culturalmente falando. Então, se nós trabalharmos com uma lógica de que não pode haver isso que está colocado, que é a circulação, nós poderemos ter uma situação, mal comparando, de ninguém conhecer a cultura quilombola que está instalada lá em Cavalcante, por exemplo. Se limitarmos esse sentido, nós vamos perder a possibilidade de que a cultura que surge de Brasília, que surge da força de Brasília, dessa colcha de retalhos cultural que é o Distrito Federal, que recebeu influências de todo o Brasil, que é digerida e retorna para a sociedade na forma de arte, na forma da cultura mais puramente falando... É este o objetivo quando se trata desse recurso: que não se limite ao nosso quadrado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	47	

Ademais, Sr. Presidente, a questão dessa circulação, desse intercâmbio, quando chega ao estado, traz também ao Distrito Federal o interesse de outros lugares para conhecer mais da cultura do Distrito Federal. Isso é claro em grandes atividades culturais que foram feitas Brasil afora. Quantas pessoas não saem daqui para conhecer o Carnaval de Salvador, por exemplo? Porque também existem as atividades que retornam para cá. Então, isso é plenamente normal.

É lógico que, quando nós tratamos de recurso público, a fiscalização tem que ter, mas o FAC já tem instrumentos de fiscalização rígidos, e a LOC é uma lei orgânica que trata de diretrizes, de princípios de como deve ser tratada a cultura. Obviamente a gente pode depois, e aí a gente está disposto, e eu tenho certeza de que o setor cultural está, a ter cada vez mais mecanismos de fiscalização e controle. Agora, neste momento, nós estamos discutindo a diretriz, o caminho a ser seguido. Aí é importante que a gente mantenha esse princípio que é um princípio que vai fomentar mais ainda a cultura do Distrito Federal, que é a circulação. (Palmas.)

Então, nesse sentido, com todo respeito, cuidado e admiração que nós temos ao zelo dos Deputados aqui da Casa em relação à fiscalização e controle de recursos públicos, devemos ter esse olhar. A cultura é muito *sui generis*, e aqui a gente pode aferir que majoritariamente a Cultura é feita com pessoas íntegras, honestas que vão sempre querer a boa aplicação do recurso público.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gosto de discutir e gosto de olhar nos olhos das pessoas. Eu falei aqui, Deputado Cláudio Abrantes, de um relatório que eu recebi – portanto, é um relatório oficial, não foi inventado por quem quer que seja –, de que o espetáculo financiado aqui lembra o valor de 150 mil reais, teria sido apresentado em Brasília, na Vila Telebrasil, na Estrutural e no Varjão. Ok. Mas, Deputado Wasny de Roure, o mesmo espetáculo, com o mesmo dinheiro, foi apresentado em São Gabriel da Cachoeira, lá no Amazonas, já estive lá. O mesmo espetáculo foi apresentado no Oiapoque, lá no Amapá, e Itabaiana, em Sergipe. A discussão que estou fazendo é a seguinte: quem foi que fiscalizou, como é que se deu, cumpriram efetivamente as determinações? É disso que está se falando.

Que tem que aprovar a lei da Cultura, tem que aprovar, agora, essas coisas não são aceitáveis, não é assim que se faz. Portanto, eu estou votando a LOC, mas estou alertando para fatos que existem no Distrito Federal e precisamos, efetivamente, ter um olhar sobre isso. Afinal de contas, o Poder Legislativo é o mais fiscalizado do Brasil. Portanto, eu quero que todos cumpram a mesma norma que nós cumprimos aqui.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	48		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente a preocupação do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Wasny de Roure, mas no art. 53 está bem claro: O financiamento de atividades ou projetos culturais a serem executados fora do Distrito Federal ou Entorno será condicionado à demonstração de que seu objeto cumpre finalidade de promoção das manifestações artísticas e culturais do Distrito Federal ou seus agentes em âmbito nacional ou internacional.

Portanto, só vai sair do Distrito Federal para algum outro Estado se a Secretaria de Cultura entender que ele está, evidentemente, promovendo. Então, já está dentro da lei que existe um órgão que vai autorizar ou não de acordo com o projeto. Eu não vejo preocupação nisso. Infelizmente, esta Casa ajudou, em um determinado momento, a criminalizar as atividades culturais, como se investir em cultura fosse um pecado.

Evidentemente que houve excesso. Houve, inclusive, muita gente esperta que levou dinheiro com isso, mas chegou a hora de fazermos justiça e fazer com que a cultura do Distrito Federal realmente cresça, se desenvolva, porque é um instrumento importante de inclusão social, de socialização, que tem que ser valorizada e bastante difundida em nossa cidade e em nosso País.

Portanto, está bem claro aqui: quem vai fazer o controle é a Secretaria de Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que temos as posições colocadas, e eu respeito muito a história e as posições do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Wasny de Roure, mas apenas para deixar claro que não há aqui nenhum impedimento de que essa matéria seja, novamente... Essa questão do olhar é importante, o fiscalizar, mas que a gente possa novamente fazer essa discussão, avançar nessa discussão.

Acho que toda a discussão, quanto mais a gente se aprofunda no ponto de vista da transparência, fiscalização e controle, é ótima. Mas aqui o que nós estamos falando conceitualmente – volto a insistir –, é na questão, por exemplo, de você ter uma banda aqui do Distrito Federal que precisa ter seu trabalho conhecido em Minas Gerais, no Rio de Janeiro. Isso é circulação.

Esse projeto, esse trabalho, ele é importante. É óbvio, vamos sempre trabalhar sobre a fiscalização e controle. É um segmento que já é muito fiscalizado mesmo. Então, é importante que a gente trabalhe sobre essa lógica. Agora, é lógico, com todo o respeito, avançando na discussão para que a cultura tenha essa visão de economia criativa, de uma economia que é distribuída, que gera toda uma cadeia produtiva.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	49	

Então, quando a gente trabalha essa questão da circulação, há também uma geração de emprego e renda, que muitas vezes não é auferida pelos Estados.

Então, é importante que se tenha isso porque você leva para fora do Distrito Federal, você gera essa cadeia criativa e traz o retorno de despertar o interesse por Brasília, pela cultura de Brasília, do Distrito Federal, em outros lugares.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu chamo a atenção do Deputado Cláudio Abrantes e do Deputado Ricardo Vale, acho que os colegas não atentaram para o conteúdo da emenda.

A nossa emenda não trata de circulação, a matéria não trata de circulação. Eu quero ler para os colegas porque esse é apenas um simples inciso em que nós colocamos a necessidade de que o projeto inclua as possibilidades de sair do Distrito Federal.

Portanto, não há discordância entre nós, Deputado. Só que os senhores estão esquecendo das outras matérias que são relevantes. Neste caso, não ouvi os senhores mencionarem sobre isto: relações de parentesco, relações que exigem a transparência com o dinheiro público... Então, nós estamos abordando essas questões e estamos abordando mais do que isso: quando o evento é oneroso, nós estamos estabelecendo que ele tenha um nível de gratuidade, sobretudo para aqueles que não tenham acesso pela renda. Nós estamos ainda falando o que fica vedado do ponto de vista das restrições, do ponto de vista que a legislação em outras áreas avançou. Nós estamos concordando com a possibilidade de ir para o Entorno, de ir para China, de ir para o Oiapoque, de ir lá para Porto Alegre, só que tem de constar no projeto que foi financiado pelo FAC. É isso. Então, não há discordância com relação a isso, o que há é que nós estamos colocando sim elementos que hoje a legislação estabelece sobretudo quando se trata de recurso público. Peço observação com relação aos outros itens porque eu creio que os colegas têm profundo conhecimento da matéria e a única coisa que nós estamos insistindo é a própria restrição onde não cabe.

O mais grave, Deputado Cláudio Abrantes, desculpe-me, V.Exa. como o Líder da Frente Parlamentar, é que nós estamos aqui tratando também da Emenda nº 137, que eu quero ler para o senhor: "Ao Fundo de Apoio à Cultura é assegurada autonomia financeira dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias." V.Exa. defendeu essa matéria aqui nessa posição em audiência pública, V.Exa. defendeu. Então, nós estamos aqui para arguir a colocação porque é exatamente ela que vai vetar a possibilidade de o governo usar o FAC para outras finalidades. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	50	

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o meu querido amigo, Deputado Wasny de Roure, por quem tenho todo o meu respeito.

Sobre as questões que ele colocou, nepotismo, gratuidade, essa questão toda, a minha vida fala por mim mesmo, minha história fala por mim mesmo. Sobre a questão da Emenda nº 137, ela está aceita. Não está aceita? Ele está dizendo que não está aceita, mas eu não tenho nenhum problema em conversar até porque eu não manifestei o meu voto ainda. Quando a gente fez a discussão, estávamos fazendo a discussão em cima do debate que o Deputado Chico Vigilante levantou. Então, assim, eu não tenho nenhum problema de fazer essa defesa, inclusive uma emenda de minha autoria proíbe o contingenciamento do FAC.

Então, assim, o confronto não é comigo, a gente está lutando para aprovar o LOC, para preservar o FAC. Pela minha história junto do setor cultural e de todos os outros, todos sabem da minha luta contra o contingenciamento do FAC. Então, não é confronto comigo, não pode ser isso.

Só para finalizar e deixar claro também: eu não sou o Líder da Frente Parlamentar da Cultura, é o nobre Deputado Lira, e queremos reconhecer o trabalho que ele também tem feito. Então, não sou dono da cultura, todos aqui conhecem muito bem, todos têm uma penetração grande. Eu gosto do tema pela minha formação, mas, na defesa do FAC e da cultura, na minha história, no meu posicionamento nesta Casa, não há dúvida – uma linha sequer – de que lado eu estou, que sempre foi o da cultura do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

Olha só, há três emendas destacadas. Não havendo acordo sobre nenhuma, vou pôr as três em votação separadamente.

Vamos fazer votação pelo processo nominal.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho acompanhado atentamente a discussão a favor e contra. Só quero dizer o seguinte: a cultura não pode estar engessada. Ela tem que cumprir com o seu papel, que é o de divulgar a expressão popular, expressar a arte, a cultura, o lazer de forma ampla em todo o Distrito Federal. Então, eu sou a favor de que haja, sim, controle das emendas, controle dos recursos públicos investidos no FAC e na cultura em geral. É preciso também que haja esse controle.

Eu estou de acordo com relação a parentesco – a pessoa gestora do fundo que de repente possa autorizar porque a pessoa é parente, por isso e aquilo. Tem que haver esse cuidado. A meu ver, tem que haver esse controle.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Quanto ao restante eu acho que temos, sim, que avançar nessa discussão, votando o projeto hoje, por quem depende do FAC, quem depende de outros artigos dessa lei da cultura, que espera isso há muitos anos. A votação da cultura hoje é mais do que simbólica, ela é, realmente, uma justiça que se faz à cultura do DF.

Pode contar com meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Vamos votar as emendas, então, de forma separada. Iniciamos pela primeira emenda destacada.

Passa-se à votação, em separado, da Emenda nº 134, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016 que “institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural”:

“Dê-se ao §1º do art. 64 do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, a seguinte redação:

§ 1º Os recursos do FAC serão administrados pela Secretaria de Cultura através do Conselho do FAC-DF, órgão colegiado de deliberação coletiva de segundo grau, composto por seis membros, presidido pelo Secretário de Cultura, e regras de funcionamento definidas em regulamento, sempre garantida a participação da sociedade civil.”

Vou colocar em processo de votação, vou fazer a votação pelo processo simbólico. Os Deputados que forem favoráveis à emenda permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Os contrários à Emenda nº 134 se manifestem.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Qual é a orientação da Liderança?

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Então... Cadê? Quem é aqui, da...?

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vou fazer nominal, então, porque, realmente, há uma bagunça acontecendo aqui.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda destacada; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só para esclarecimento, para rejeição da emenda, é o voto “não”?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Para rejeição da emenda, voto “não”.

DEPUTADO DELMASSO – Então a orientação é voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A orientação da Base, então, é voto “não”.

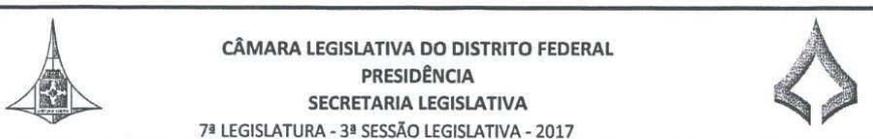
DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Para encaminhamento de maior transparência e responsabilidade da secretaria, votem “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 84/2016 1 º TURNO DATA: 10/10/2017
VOTAÇÃO DO DESTAQUE À EMENDA Nº 134

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		4	11	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
EMENDA REJEITADA	
4	VOTOS SIM
11	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	53		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 4 votos favoráveis e 11 votos contrários. Houve 9 ausências.

Está rejeitada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passa-se à votação, em separado, da Emenda nº 136, de 2017, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, que “institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural”:

“Promovam-se as seguintes alterações ao Projeto de Lei Complementar em epígrafe:

Art. 69.

§1º A participação na CAP será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração.

§5º Os projetos culturais incentivados na forma desta Lei devem ser realizados no Distrito Federal e só podem ocorrer fora dessa circunscrição nos casos de previsão expressa no objeto dos projetos incentivados, de atividades de difusão e circulação de produções culturais oriundas do próprio Distrito Federal, na forma definida em regulamento.

§6º No caso de incentivo a beneficiário cultural, cujo produto ofertado não seja gratuito, será disponibilizado quantitativo de ingressos de forma gratuita, em percentual não inferior a 20% (vinte por cento) do total de ingressos do evento.

§7º A oferta gratuita prevista no §8º será disponibilizada preferencialmente à população de baixa renda na forma de regulamento.

Art. 77. Fica vedada a concessão do benefício fiscal de que trata esta Lei:

I - a propostas que se caracterizem exclusivamente como peças promocionais e institucionais da incentivadora cultural, nos termos do regulamento;

II - a incentivadora cultural, que contenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor nomeado para o exercício em cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Secretaria de Estado de Cultura;

III - a incentivadora cultural cujo beneficiário seja o próprio incentivador, contribuinte ou sócio de qualquer destes, incluindo suas controladas e coligadas;

IV - para incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Justificação. A emenda visa ajustar os dispositivos da Lei de Incentivo à Cultura, de modo a ampliar e democratizar a utilização do benefício.”

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A orientação é para votar “não”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu confesso que estou surpreso com o que estou vendo aqui hoje. Eu nunca imaginei que iria passar por uma votação na qual as pessoas se recusam a votar “sim” a uma emenda moralizadora. O que está dizendo a emenda? Empresas de parentes que tenham cargos na secretaria não podem disputar a cultura no Distrito Federal. É isso que está sendo dito.

Depois falam de corrupção, e querem colocar isso aí. Se já tivesse, não precisava colocar. Viu, Deputado Chico Leite? Se já tivesse, não precisava colocar. Estão colocando na lei da cultura. Algumas coisas deixam a gente indignado, e depois falam em moralidade no Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos, considerando que fui o relator dessa matéria em duas comissões. A gente tem que fazer com muita clareza. Estamos debatendo esse projeto com muito detalhe há mais de um ano, Sr. Presidente. Foram inúmeros os fóruns, os debates, as audiências, as reuniões públicas e tudo o mais.

Entendo a importância de tentar moralizar. No entanto, eu, como relator, fico um pouco angustiado – ainda que o regimento o permita – com uma emenda que é protocolada no último minuto da prorrogação. Regimentalmente é possível. A emenda trata de um artigo com quatro parágrafos, e outro artigo com quatro incisos, de tal natureza que ela aborda assuntos diferenciados. É louvável esse tópico.

Eu estava aqui conversando com o Deputado Cláudio Abrantes. Se o que tratamos aqui tivesse vindo especificamente num artigo separado, chamando de uma espécie de nepotismo, vinculando parentesco com empresas beneficiadas, teria minha aprovação. No entanto, não dá para eu aceitar parte e rejeitar parte, essa é a questão. Então, é essa a explicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para discutir.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria somente ponderar, dentro dessa visão do Deputado Prof. Reginaldo Veras, a possibilidade de fazermos em segundo turno, e colocar essa parte que está falando da questão do nepotismo. Como constitucionalista, seria para aprovarmos em segundo turno com essa redação apenas do nepotismo. É uma sugestão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para fechar, lembro que tudo aqui foi feito com base no acordo, na conversação e no diálogo. Nós temos leis federais e locais que regulamentam essa questão, isso pode vir por meio de um decreto. Por meio de um decreto, pode vir, Sr. Presidente. É absolutamente sanável essa tensão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito.

Continua em discussão. (Pausa.)

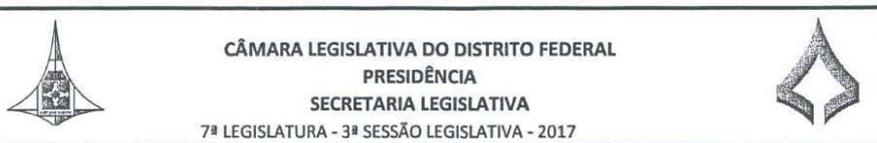
Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 84/2016 1º TURNO DATA: 10/10/2017
VOTAÇÃO DO DESTAQUE À EMENDA Nº 136

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			6	9	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO EMENDA REJEITADA	
6	VOTOS SIM
9	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	56		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 6 votos favoráveis, 9 votos contrários. Houve 9 ausências.

A emenda destacada foi rejeitada.

Emenda nº 137:

“Adite-se o seguinte § 7º ao art. 65

Art. 65.....

§ 7º Ao Fundo de Apoio à Cultura é assegurada autonomia financeira dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.”

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Para orientar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a orientação é votar “não”.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

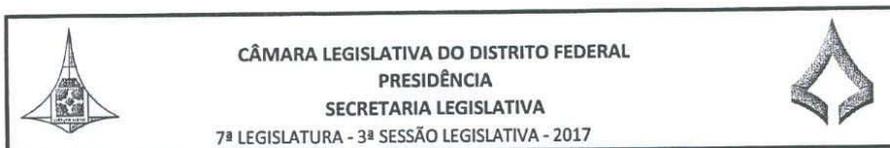
PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para orientar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a orientação do nosso bloco é votar “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a emenda; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 84/2016 1ª TURNO DATA: 10/10/2017
VOTAÇÃO DO DESTAQUE À EMENDA Nº 137

QTD.	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE		1				
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
8	DELMASSO	PODEMOS		1				
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		2	11	0	11	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO EMENDA REJEITADA	
2	VOTOS SIM
11	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	57	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 11 votos contrários.

A emenda foi rejeitada.

Consulto os Líderes se há acordo para votação do próximo item extrapauta, Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2016. Há acordo? (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, farei a leitura do próximo item de pauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a criação da Fundação das Artes do Distrito Federal – FUNDARTE-DF e da Fundação de Patrimônio Cultural do Distrito Federal – FUNPAC-DF e dispõe sobre suas inserções no Sistema de Arte e Cultura – SAC-DF”.

Em discussão. (Pausa.)

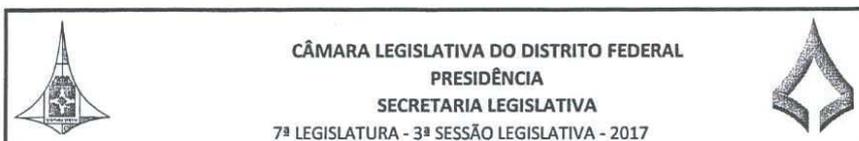
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

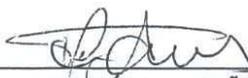
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2016 DATA: 10/10/2017
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			13	0	0	11	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
13	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
10 10 2017	14h58min	91ª SESSÃO ORDINÁRIA	58		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Está aprovado projeto.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 3.069, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, do Deputado Joe Valle, do Deputado Wellington Luiz, da Deputada Celina Leão, do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Bispo Renato Andrade, do Deputado Raimundo Ribeiro e outros, que "requer a transformação da Sessão Ordinária de 18 de outubro de 2017 em Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 1.743, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que trata do Programa Pró-DF".

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 3.067, de 2017, de autoria de vários Deputados, que "requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados na Sessão Ordinária de hoje, dia 10 de outubro de 2017, para votação imediata da redação final".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

Convocação: de acordo com o Requerimento nº 3.068, de 2017, a Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após sessão ordinária para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 84, de 2016, e do Projeto de Lei Complementar nº 85, de 2016, e demais itens da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h43min.)